

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

**MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS: OS LIMITES PARA SUA APLICAÇÃO NAS
AÇÕES QUE TENHAM POR OBJETO PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA**

ANTONIO RODRIGUES AZEVEDO ALMEIDA DE LIMA

**RIO DE JANEIRO
2020**

ANTONIO RODRIGUES AZEVEDO ALMEIDA DE LIMA

**MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS: OS LIMITES PARA SUA APLICAÇÃO NAS
AÇÕES QUE TENHAM POR OBJETO PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Cláudio Moreira Gomes.

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Antonio Rodrigues Azevedo Almeida de
Medidas executivas atípicas no processo de
execução: os limites para sua aplicação nas ações
que tenham por objeto prestação pecuniária /
Antonio Rodrigues Azevedo Almeida de Lima.

-- Rio de Janeiro, 2020.

68 fls.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio Moreira
Gomes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Medidas executivas atípicas. 2. Artigo 139,
IV, do Código de Processo Civil. 3. Execução e
cumprimento de sentença. 4. Medidas indutivas,
coercitivas, mandamentais e sub-rogações. I.
Gomes, Luiz Cláudio Moreira, orient.
II. Título.

ANTONIO RODRIGUES AZEVEDO ALMEIDA DE LIMA

**MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS: OS LIMITES PARA SUA APLICAÇÃO NAS
AÇÕES QUE TENHAM POR OBJETO PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Cláudio Moreira Gomes.

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Luiz Cláudio Moreira Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro da Banca

Membro da Banca

**RIO DE JANEIRO
2020**

Dedico esta monografia aos meus pais, irmãos e amigos, pois foram imprescindíveis para que este sonho pudesse se materializar.

AGRADECIMENTOS

À querida Emily Tavares Bueri por toda a ajuda e apoio que meu deu ao longo desta caminhada tão importante, pois o seu auxílio foi fundamental para a concretização deste sonho e para a materialização desta monografia.

A todos os meus familiares e amigos que me auxiliaram na conclusão desta etapa tão importante da minha vida, especialmente à minha querida mãe, Maria Aparecida; ao meu pai (*in memoriam*), Antonio Rodrigues; ao meu irmão, Lucas Rodrigues; à minha irmã, Verônica Rodrigues; e aos meus grandes amigos Wesley Rodrigues Torres, Roberto Couto, Wallace Ferreira, Silas Tavares, Robson de Araújo.

Ao meu professor orientador Luiz Cláudio Moreira Gomes, pela orientação e compreensão.

À Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7) e a todos os servidores que nela trabalham com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

“Verba volant, scripta manent”

RESUMO

O artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, ampliou os poderes do magistrado em prol da efetivação das decisões judiciais ao dispor que cabe ao juiz “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”. Para parte da doutrina, a cláusula geral prevista no mencionado dispositivo foi vista com grande entusiasmo, uma vez que trouxe pontos positivos para a efetividade do processo executivo. Contudo, em contraposição a essas vozes, outra parte da doutrina afirmava que essa ampliação genérica dos poderes do juiz padeceria de possível inconstitucionalidade. Dessa forma, o presente trabalho se dedica analisar quais são as diretrizes e pressupostos traçados pela doutrina e jurisprudência para garantir maior legitimidade e melhor aplicação das medidas executivas atípicas nas ações que tenham por objeto as obrigações pecuniárias. Assim, a pesquisa será construída se utilizando do método de revisão bibliográfica de literatura e análise jurisprudencial. Além disso, será feita uma análise de algumas medidas executivas atípicas aplicadas pelo judiciário brasileiro com a finalidade de verificar a sua constitucionalidade.

Palavras-chave: Medidas executivas atípicas. Execução. Artigo 139, IV, do Código de Processo Civil. Diretrizes. Pressupostos.

ABSTRACT

Article 139, IV, of the Civil Procedure Code, expanded the magistrate's powers in favor of enforcing judicial decisions by providing that it is up to the judge to “determine all inductive, coercive, mandatory or sub rogatory measures necessary to ensure compliance with court order, including in actions whose object is a cash benefit ”. For part of the doctrine, the general clause provided for in the aforementioned provision was viewed with great enthusiasm, since it brought positive points to the effectiveness of the executive process. However, in contrast to these voices, another part of the doctrine stated that this generic expansion of the judge's powers would suffer from possible unconstitutionality. In this way, the present work is dedicated to analyze what are the guidelines and assumptions outlined by the doctrine and jurisprudence to guarantee greater legitimacy and better application of atypical executive measures in actions that have as object the pecuniary obligations. Thus, the research will be constructed using the method of bibliographic review and jurisprudential analysis. In addition, an analysis will be made of some atypical executive measures applied by the Brazilian judiciary in order to verify their constitutionality.

Keywords: Atypical executive measures. Execution. Article 139, IV, of the Code of Civil Procedure. Guidelines. Assumption.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - O NOVO ART. 139, IV, CPC/15	13
1.1 Medidas executivas atípicas	15
1.2 Medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias	16
1.2.1 Medidas sub-rogatórias	16
1.2.2 Medidas coercitivas	17
1.2.3 Medidas indutivas	19
1.2.4 Medidas mandamentais	19
CAPÍTULO II – EXECUÇÃO E SEUS PRINCÍPIOS BALIZADORES	21
2.1 Conceito de execução	21
2.2 Princípios balizadores da execução	21
2.2.1 Princípio da efetividade	21
2.2.2 Princípio da boa-fé processual	22
2.2.3 Princípio da atipicidade	23
2.2.4 Princípio da Responsabilidade Patrimonial	24
2.2.5 Princípio da menor onerosidade	25
2.2.6 Princípio do contraditório	26
CAPÍTULO III – A DOUTRINA E AS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS	28
3.1 Constitucionalidade do art. 139, IV, NCPC	28
3.2 As diretrizes traçadas pela doutrina para aplicação das medidas executivas atípicas nas obrigações de pagar quantia certa	31
3.2.1 Esgotamento das medidas típicas	31
3.2.2 Possibilidade de cumprimento da obrigação pecuniária	33
3.2.3 Ausência de caráter punitivo da medida executiva atípica	34
3.2.4 Proibição dos excessos	36
3.2.5 Ônus argumentativo	38
3.2.6 Princípio do contraditório	40
3.2.7 Princípio da proporcionalidade	40
CAPÍTULO IV – AS DIRETRIZES TRAÇADAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS	43
CAPÍTULO V – ANÁLISE DE ALGUMAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS	49
5.1 Suspensão da carteira nacional de habilitação (CNH)	49

<i>5.2 Apreensão do passaporte</i> -----	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	64

INTRODUÇÃO

Conforme dispõe o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, cabe ao juiz “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”. O novo dispositivo infraconstitucional inaugurou uma nova fase para o processo executivo brasileiro, uma vez que conferiu ao magistrado dirigente do processo maiores poderes em sua condução ao longo da marcha processual executiva.

Com fundamento no mencionado dispositivo legal, magistrados Brasil a fora começaram a deferir medidas executivas atípicas de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apreensão de passaporte, cancelamento de cartões de crédito e dentre outras medidas atípicas com fito de coagir os executados que não cumprissem com as suas obrigações ao longo da marcha processual executiva.

Tal fato não passou despercebido pela comunidade jurídica e a controvérsia em torno da temática foi grande, pois para alguns doutrinadores o mencionado dispositivo proporcionou uma verdadeira revolução silenciosa na sistemática executiva¹. Em contraste a essas vozes, outros doutrinadores afirmavam que o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, seria uma possível carta branca ao arbítrio caso haja “uma interpretação que busque, sem maior reflexão, resultados desconectados das balizas constitucionais.”²

Na esteira disso, o Partido do Trabalhadores (PT) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) perante o Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a aplicabilidade do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, para se declarar inconstitucionais medidas como suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apreensão de passaporte, proibição de participação em concurso público e a proibição em licitação pública, mas que, até o presente momento, ainda não foi julgada.

¹ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *A revolução silenciosa da execução por quantia*. JOTA, 2015.

Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-revolucao-silenciosa-da-execucao-por-quantia-24082015>. Acesso em 25 de jun de 2020

² STRECK, Lenio; NUNES, Diego. *Como Interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio?*. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

Dessa forma, observa-se que existe uma enorme controvérsia na doutrina e na jurisprudência que paira em torno sobre aplicabilidade do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, pois enquanto que para alguns doutrinadores sustentam a sua aplicabilidade e afirmam que tal dispositivo trouxe pontos positivos para a efetividade no cumprimento das decisões judiciais que envolve prestação pecuniária, para outros a cláusula geral prevista no referido dispositivo infraconstitucional padeceria de verdadeira inconstitucionalidade.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como finalidade principal analisar quais são as diretrizes e os pressupostos que a doutrina e a jurisprudência vêm delineando para garantir a legitimidade na aplicação das medidas executivas atípicas nas ações que tenham por objeto as obrigações pecuniárias. Assim, a pesquisa será construída se utilizando do método de revisão bibliográfica de literatura e análise jurisprudencial. Também será feita a análise de aplicação de algumas medidas executivas atípicas pelo judiciário brasileiro que causaram algum tipo comoção midiática com fito de verificar se essas medidas violaram de alguma maneira a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Em um primeiro momento, será feita uma abordagem sobre a novidade introduzida pelo artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, no ordenamento jurídico, ocasião na qual se discorrerá sobre a extensão das medidas executivas atípicas nas obrigações pecuniárias e a ampliação dos poderes dos magistrados.

Em um segundo momento, abordar-se-á o que são medidas executivas atípicas e quais são as diferenças entre medidas indutivas, coercitivas, mandamentais e sub-rogoratórias, bem como o conceito de execução e os principais princípios que balizam a atividade executiva.

Em um terceiro momento, busca-se analisar a constitucionalidade do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, bem como investigar quais são as diretrizes traçadas tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência — notadamente a do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — para aplicação das medidas executivas atípicas que envolvam obrigações pecuniárias.

Em um quarto momento, será feita uma análise de algumas medidas executivas atípicas aplicadas pelo judiciário brasileiro que causaram algum tipo de repercussão nacional com o intuito de verificar se essas medidas violaram de alguma maneira a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os direitos fundamentais do executado/devedores.

Nesse contexto, pretende ser demonstrado a necessidade de fixação diretrizes tanto pela doutrina quanto pelo judiciário brasileiro com a finalidade de se garantir maior legitimidade e melhor utilização na aplicação das medidas executivas atípicas nas ações que tenham por objeto as obrigações de prestação pecuniária

CAPÍTULO I - O NOVO ART. 139, IV, CPC/15

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, ocorreram diversas mudanças significativas no sistema processual pátrio, merecendo destaque especial para efetividade que o legislador imprimiu à nova legislação processual, na qual procurou evitar formalismos desnecessários no curso do processo judicial que somente atrapalham a prestação jurisdicional ao cidadão que busca no Estado-Juiz uma tutela jurisdicional.³

Uma das inovações trazidas pela nova sistemática processual está disposta no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, no capítulo de que trata dos poderes, dos deveres e responsabilidade do juiz, prevendo que cabe ao magistrado “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.

Desta maneira, o referido dispositivo infraconstitucional não passou despercebido pelos operadores do direito, e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado, quando do seminário O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil, editou o enunciado de nº 48 dispondo da seguinte maneira, *in verbis*:

O art. 139, IV, do CPC/2015 traduz um poder geral de efetivação, permitindo a aplicação de medidas atípicas para garantir o cumprimento de qualquer ordem judicial, inclusive no âmbito do cumprimento de sentença e no processo de execução baseado em títulos extrajudiciais.

Nessa perspectiva, o professor José Rogério Cruz e Tucci aponta que o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, efetivamente ampliou os poderes do juiz na direção do processo executivo, além de prever a atipicidade dos meios executivos como regra geral do sistema em favor da efetivação das decisões judiciais.⁴

³ PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. *Medidas executivas atípicas: alguns limites para a concessão*. Emporio do Direito, 2018. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/medidas-executivas-atipicas-alguns-limites-para-a-concessao-por-fernanda-pagotto-gomes-pitta>. Acesso em: 25 de junho de 2020

⁴ TUCCI, José Rogério. *Ampliação dos poderes do juiz no novo CPC e princípio da legalidade*. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-27/paradoxo-corte-ampliacao-poderes-juiz-cpc-principio-legalidade> Acesso em: 25 de jun 2020

Seguindo o mesmo raciocínio do mencionado professor, Andre Vasconcelos Roque (2020)⁵ consigna que a principal novidade trazida pelo legislador no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, se refere à generalização da tutela atípica nas execuções (cumprimento de sentença e execução) que tenham por objeto prestação pecuniária, isso porque a regra da atipicidade da tutela executiva já era regra geral para as obrigações de fazer, não fazer e dar coisa, por ocasião das reformas processuais efetuadas nos anos de 1990 e 2000, especialmente pelas Lei nº 8.952/1994 e 10.444/2002, no Código de Processo Civil de 1973.

Em consonância com essa ideia, Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu (2020)⁶ também afirmam que a grande novidade do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, foi proporcionar a possibilidade de aplicação das medidas executivas atípicas às obrigações de pagar quantia certa, uma vez que não havia essa previsão nesse tipo de modalidade de execução no revogado Código de Processo Civil de 1973, visto que no código anterior somente era possível a utilização da tutela atípica para as obrigações de fazer, não fazer e dar coisa distinta de dinheiro.

Desse mesmo modo, o professor Flávio Luiz Yarshell (2017)⁷ afirma que já existia o emprego das medidas executivas atípicas em relação às obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa no antigo Código de Processo Civil de 1973, aduzindo que

O emprego de medidas que se enquadram nessa segunda categoria está longe de ser uma novidade no direito positivo brasileiro. Para não falar nas “medidas de apoio” trazidas pelo § 5º do art. 461 do CPC/73 (que encontram correspondência nos artigos 297 e 536, § 1º do diploma vigente), referentes às obrigações de fazer, não fazer e de entrega de coisa, mesmo nas obrigações pecuniárias a técnica coercitiva ou indutiva já era – e continua a ser empregada. Assim se verifica nas *obrigações alimentares*, mediante a ameaça de *prisão*, ainda que relativamente limitada. Mesmo como regra geral, a multa de dez por cento (10%) prevista pelo art. 475-J do CPC/73 e repetida pelo art. 523, § 1º do CPC/15 não deixa de ter aquela função, na medida em que busca estimular o devedor a adimplir.

⁵ ROQUE, Andre Vasconcelos. *Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.737-739.

⁶ CARREIRA, Guilherme Sarri; Abreu, Vinicius Caldas da Gama e. *Dos poderes do juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 268-269.

⁷ YARSHELL, Flávio Luiz. *Medidas indutivas e coercitivas nas obrigações de pagamento de quantia*. Carta Forense, 2017. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/medidas-indutivas-e-coercitivas-nas-obrigacoes-de-pagamento-de-quantia/17692>. Acesso em: 26 de jun de 2020

Dessa forma, verifica-se que a regra da atipicidade já era prevista no revogado Código de Processo Civil de 1973 em relação às obrigações de fazer, não fazer e de dar coisa. A grande novidade proporcionada pela cláusula geral prevista no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, se refere a possibilidade de aplicação das medidas executivas atípicas para as execuções referentes às obrigações pecuniárias e a ampliação dos poderes do juiz na direção do processo executivo, traduzindo-se verdadeiramente em um poder geral de efetivação.

1.1 Medidas executivas atípicas

Segundo preleciona Adriotti (2018)⁸ as medidas executivas atípicas podem ser chamadas de um conjunto de possibilidades coercitivas que estão à disposição das partes e do magistrado, mas não estão expressamente previstas na legislação processual e que podem ser extraídas a partir de cláusulas gerais presentes no Código de Processo Civil de 2015. Nessa linha, vale ressaltar o que aduz Marcelo Abelha Rodrigues (2016)⁹ sobre as medidas atípicas:

verifica-se que o dispositivo não estabelece um rol de medidas, e tampouco exemplifica casos, permitindo e estimulando um exuberante leque criativo do magistrado, que deve estar preso, comprometido e sensível às peculiaridades da causa. Isso significa que deve haver um link necessário, lógico, razoável e proporcional de *instrumento e fim*, meio e resultado, respectivamente, entre a medida coercitiva e o cumprimento da ordem.

As medidas executivas atípicas tiveram grande repercussão nacional, causando muitos debates na doutrina e na jurisprudência. Nesse contexto, temos como exemplo a decisão judicial proferida pela magistrada da 2º Vara Cível da Comarca do Estado de São Paulo, que ganhou destaque na mídia nacional, e que determinou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a apreensão do passaporte e o cancelamento dos cartões de crédito do executado, até que houvesse o adimplemento da obrigação pecuniária, conforme o trecho da decisão colacionada abaixo, *in verbis*:¹⁰

⁸ ADRIOTTI, Rommel. *Medidas Executórias Atípicas no processo civil*. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>. Acesso em 26 de jun de 2020.

⁹ RODRIGUES, Marcelo Abelha. *O que fazer quando o executado é um “cafajeste”? Apreensão de passaporte? Da carteira de motorista?* Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/245946/o-que-fazer-quando-o-executado-e-um-cafajeste-apreensao-de-passaporte-da-carteira-de-motorista>. Acesso em 26 de jun de 2020.

¹⁰ ALMEIDA, Marília. *Justiça decide tomar de devedor passaporte, CNH e cartões*. Exame, 2016. Disponível em: (<https://exame.com/seu-dinheiro/justica-decide-tomar-passaporte-cnh-e-cartoes-de-devedor/>). Acesso em 25 de jun de 2020.

Se o executado não tem como solver a presente dívida, também não recursos para viagens internacionais, ou para manter um veículo, ou mesmo manter um cartão de crédito. Se porém, mantiver tais atividades, poderá quitar a dívida, razão pela qual a medida coercitiva poderá se mostrar efetiva. Assim, como medida coercitiva objetivando a efetivação da presente execução, defiro o pedido formulado pelo exequente, e suspendo a Carteira Nacional de Habilitação do executado Milton Antonio Salerno, determinando, ainda, a apreensão de seu passaporte, até o pagamento da presente dívida.” Grifo nosso¹¹

De acordo com o que se verifica da decisão judicial retro mencionada, medidas como restrição ao direito de dirigir, apreensão de passaporte, cancelamento de cartões de crédito em desfavor do executado/devedor se incluem dentro do rol de medidas executivas atípicas que são permitidas pela nova sistemática do Código de Processo Civil de 2015 e que podem ser aplicadas pelos magistrados do Brasil a fora, evidentemente sendo observados alguns requisitos que serão explanados ao longo deste trabalho.

1.2 Medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias

Conforme se infere do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, cabe ao juiz “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.

Assim, neste capítulo e nos seus demais subcapítulos, serão abordados os aspectos das medidas mencionadas no referido dispositivo — que são ferramentas utilizadas para assegurar o cumprimento das decisões judiciais —, de modo a diferenciá-las e demonstrar como cada uma delas atuam no patrimônio jurídico do executado. (CARREIRA; ABREU, 2020)¹²

1.2.1 Medidas sub-rogatórias

Segundo aduz Meireles (2020)¹³ as medidas sub-rogatórias são comuns do exercício do magistrado, pois ele se coloca na posição do executado procurando satisfazer a pretensão do

¹¹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 4001386-13.2013.8.26.0011 – Execução de Título de Extrajudicial. Juíza Andrea Ferraz Musa. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cpc-artigo-139-juiz-poder-determinar1.pdf>. Acesso em 25 de jun de 2016

¹² CARREIRA, Guilherme; ABREU, Vinicius Gama e. *Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.264.

¹³ MEIRELES, Edilton. *Cooperação e poderes do juiz na execução*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 576

exequente, ou seja, o juiz se coloca na posição do devedor e faz o que este deveria ter feito para adimplir com a obrigação. Nesse diapasão, vale destacar o que os autores Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu aduzem:

As medidas sub-rogatórias podem ser compreendidas como as medidas em que o próprio Estado-Juiz irá cumprir a ordem judicial, ou seja, trata-se dos mecanismos de coerção direta. [...] a obrigação não será cumprida por um ato do devedor, mas sim pela intervenção do Estado-Juiz na sua esfera jurídica [...] (CARREIRA; ABREU, 2020, p. 267)¹⁴

Seguindo a linha de raciocínio, Câmara (2020)¹⁵ afirma que os meios executivos de sub-rogação podem ser entendidos como aqueles em que o Estado-Juiz realiza a atividade que substitui a do executado, tornando-o dispensável, e gera o resultado prático que se teria se o próprio executado tivesse cumprido com adimplemento de sua obrigação.

Desta forma, a título exemplificativo podemos citar algumas medidas sub-rogatórias, tais como: a busca e apreensão, imissão na posse, expedição de alvará judicial para recebimento de bens e valores, o fazimento e desfazimento de obra, estabelecimento de política pública pelo juiz, decisão de emissão de declaração, nomeação e posse de servidor público, a nomeação de interventor na pessoa jurídica, assim como qualquer outra atividade realizada pelo magistrado que tenha como finalidade à satisfação da decisão judicial sem que haja colaboração ou participação ativa do executado.¹⁶

Desta maneira, segundo Meireles (2020)¹⁷ as medidas sub-rogatórias são todas aquelas realizadas pelo magistrado em substituição do executado, seja realizando o ato que deveria ter sido praticado pelo executado, seja adotando como medida um resultado prático equivalente objetivando satisfazer o direito do exequente já reconhecido em decisão judicial.

1.2.2 Medidas coercitivas

¹⁴ CARREIRA, Guilherme; ABREU, Vinicius Gama e. *Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.267

¹⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 254

¹⁶ MEIRELES, Edilton. *Cooperação e poderes do juiz na execução*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 577.

¹⁷ *Ibid.*, p. 578

Segundo prelecionam Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama, as medidas coercitivas têm como objetivo garantir o cumprimento das decisões judiciais através de um reforço negativo, isto é, há uma pressão negativa atuando no elemento volitivo do executado para que ele cumpra a determinação judicial exarada pelo Estado-Juiz.¹⁸

Nesse sentido, nas palavras de Câmara¹⁹ as medidas coercitivas consistem na utilização de instrumentos destinados a obrigar o executado para que este cumpra com a sua obrigação face ao direito do exequente.

Além disso, as medidas coercitivas ficam mais ainda evidentes quando não existe a possibilidade de o Estado-Juiz alcançar a satisfação da decisão judicial sem a colaboração ativa do executado, ou seja, de atuar como substituto do executado na relação jurídica executiva — que é o caso das obrigações de fazer e não fazer infungíveis —, pois no casos dessas obrigações somente o executado pode realizar o adimplemento da obrigação. Por exemplo, é o caso de determinado cantor que se compromete a se apresentar em um show, mas não comparece ao evento.²⁰

No caso do exemplo citado acima, poderia o magistrado determinar a imposição de medidas coercitivas com a finalidade de pressionar o executado a realizar o cumprimento de sua obrigação outrora avençada.

Deste modo, a título exemplificativo podemos citar algumas medidas coercitivas, quais sejam: a multa prevista para o cumprimento de obrigações de fazer e não fazer (art. 537 CPC/15), o protesto da decisão judicial (art. 517 CPC/15), a inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes (art. 782 CPC/15), a prisão civil no caso do devedor de alimentos (art. 528, § 3º, CPC/15) e dentre outras medidas, pois “ [...] as medidas coercitivas

¹⁸ CARREIRA, Guilherme; ABREU, Vinicius Gama e. *Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.266.

¹⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 255.

²⁰ MEIRELES, Edilton. Medidas sub-rogatórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. Revista de Processo, v. 247, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.247.09.PDF . Acesso em 25 de jun de 2020.

não necessitam de tipificação e cabe ao juiz, no caso concreto, decidir qual é a medida adequada para compelir a parte a cumprir a decisão [...]”.²¹

Em suma, as medidas de coerção funcionam como um mecanismo de pressão para que o devedor/executado realize o adimplemento da obrigação. Por meio dessas medidas se pressiona o devedor/executado para que ele pessoalmente realize a conduta imposta pela decisão judicial.

1.2.3 Medidas indutivas

Segundo aponta Carreira e Abreu²² as medidas indutivas têm como escopo oferecer um incentivo ao cumprimento da decisão judicial, ou seja, a parte que cumprir espontaneamente uma decisão judicial receberá uma vantagem por isso. Em consonância com essa ideia, Meireles (2015) afirma

[...] nas medidas indutivas se busca oferecer ao obrigado uma vantagem, “prêmio”, como incentivo (coação premial) ao cumprimento da decisão judicial. Daí porque a doutrina denomina essa sanção como premial. Busca-se, com essas medidas, provocar, incentivar, a prática do ato de forma mais atraente, ainda que que com sacrifício à situação jurídica [mais favorável] de outrem.²³

Desta forma, a título exemplificativo podemos citar algumas medidas indutivas, a saber: o desconto no pagamento das custas e redução dos honorários na ação monitória (art. 701, § 1º, CPC/15), a redução pela metade dos honorários advocatícios devidos no caso de execução de título extrajudicial (art. 827, § 1º, CPC/15), o parcelamento do débito, quando o executado depositar 30% (por cento) do valor em execução e reconhecer o crédito, e dentre outras medidas indutivas que estão espalhadas pelo Código de Processo Civil de 2015.²⁴

1.2.4 Medidas mandamentais

²¹ CARREIRA, Guilherme; ABREU, Vinicius Gama e. *Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.266

²² *Ibid.*, 265

²³ MEIRELES, Edilton. Medias sub-rogoratórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. Revista de Processo, v. 247, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.247.09.PDF . Acesso em 25 de jun de 2020.

²⁴ CARREIRA, Guilherme; ABREU, Vinicius Gama e. op.cit. p.266.

Por sua vez as medidas mandamentais se diferenciam das demais medidas porque caso haja o seu descumprimento pela parte haverá a configuração da prática de crime de desobediência. Sendo assim, a configuração de que se trata de uma medida mandamental ocorrerá quando houver a comunicação de advertência à parte que o seu descumprimento da obrigação, deduzida em sede de decisão judicial, ensejará na prática de crime de desobediência. Meireles afirma ainda que “Alias, será essa advertência, constante da intimação, que dará certeza de que se trata de uma ordem mandamental, pois, a rigor, ela não se diferencia de qualquer outra decisão que impõe uma obrigação”.²⁵

Além disso, é importante ressaltar o que os autores Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu apontam

“no que se refere às medidas mandamentais, houve clara impropriedade técnica do legislador, uma vez que não se trata de uma medida, mas sim de um efeito típico decorrente das ordens judiciais, que, por sua vez, pode veicular medidas indutivas ou sub-rogatórias.”²⁶

Sendo assim, Meireles²⁷ afirma que “para diferenciar essas determinações judiciais, portanto, cabe constar a advertência da consequência ao descumprimento da ordem judicial de modo que se esteja diante de uma ordem mandamental.”

²⁵ MEIRELES, Edilton. Medias sub-rogatórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. Revista de Processo, v. 247, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.247.09.PDF . Acesso em 25 de jun de 2020

²⁶ CARREIRA, Guilherme; ABREU, Vinicius Gama e. *Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 267

²⁷ MEIRELES, Edilton. Op.Cit. Acesso em 25 de jun de 2020

CAPÍTULO II – EXECUÇÃO E SEUS PRINCÍPIOS BALIZADORES

2.1 Conceito de execução

Conforme prelecionam Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira²⁸, executar pode ser entendido como o adimplemento de uma obrigação devida. Nesse sentido, a execução, ou seja, o cumprimento da obrigação, pode ser espontânea ou forçada.

Com relação à execução voluntária, para os mencionados doutrinadores, ela pode ser compreendida como aquela em que o devedor/executado cumpre espontaneamente a prestação devida.

Por sua vez em relação à execução forçada, segundo os referidos doutrinadores, ela pode ser entendida como aquela em que o adimplemento da obrigação é resultado da prática de atos executivos pelo Estado.

Sendo assim, observa-se que a execução pode ser tanto de maneira voluntária quanto de modo forçado, na primeira havendo o cumprimento da obrigação de forma espontânea pelo devedor/executado e na segunda havendo o adimplemento da obrigação mediante a prática de atos executivos pelo Estado em face do devedor/executado.

2.2 Princípios balizadores da execução

Nos subcapítulos subsequentes, serão abordados os principais princípios que balizam a atividade executiva, de modo a discorrer sobre as suas principais funções e como eles atuam na relação entre os atores jurídicos que compõem a relação jurídica executiva, bem como ao longo do desenvolvimento dos atos processuais da marcha executiva.

2.2.1 Princípio da efetividade

²⁸ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5., p. 45.

O princípio da efetividade, de acordo com Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira²⁹, se trata de um reflexo do princípio constitucional do devido processo legal, sendo entendido sob o aspecto de que os direitos não devem apenas serem reconhecidos, mas também devem serem efetivados pelo Estado-Juiz. Continuando, afirmam ainda que o princípio da efetividade se traduz em um direito fundamental à tutela executiva, consistindo na “exigência de um sistema completo de tutela executiva, no qual existem meios executivos capazes de proporcionar pronta e integral satisfação a qualquer merecedor de tutela executiva”.³⁰

Nessa perspectiva, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira³¹ prelecionam que

Mais concretamente, significa que: a) a interpretação das normas que regulamentam a tutela executiva tem de ser feita no sentido de extrair a maior efetividade possível; b) o juiz tem o poder-dever de deixar de aplicar uma norma que imponha uma restrição ao meio executivo, sempre que essa restrição não se justificar como forma de proteção a outro direito fundamental; c) o juiz tem o poder-dever de adotar os meios executivos que se revelem necessários à prestação integral de tutela executiva.

Desta maneira, conforme se infere das explicações dos autores, o princípio da efetividade é reflexo do princípio constitucional do devido processo legal, razão pela qual o princípio da efetividade também tem envergadura constitucional, sendo um direito fundamental da parte ter efetividade na tutela executiva.

2.2.2 Princípio da boa-fé processual

O princípio da boa-fé processual está previsto no artigo 5º do Código de Processo Civil de 2015, onde dispõe que “aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé”.

²⁹ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5. p. 65.

³⁰ GUERRA apud DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 66

³¹ DIDIER JR, Fredie et al. *Op.cit.*, p.65.

De acordo com Fredie Didier Jr. e Leonardo da Cunha³² o referido princípio processual se trata de uma cláusula geral e é consequência do princípio constitucional do devido processo legal, no qual se traduz em uma norma geral que impõe o comportamento de acordo com a lealdade e a boa-fé ao longo da marcha processual.

Em consonância com essa ideia, Marcelo Abelha³³ aduz que

O princípio da probidade das partes é um princípio inerente ao direito processual, seja ele penal, administrativo, trabalhista, civil etc. É corolário lógico e axiomático do princípio da cooperação, ao qual se sujeitam os participantes da relação jurídico-processual.

Nessa perspectiva, Fredie Didier Jr.³⁴ afirma que

O princípio da boa-fé extrai-se de uma cláusula geral processual. A opção por uma cláusula geral de boa-fé é a mais correta. É que a infinidade de situações que podem surgir ao longo do processo torna pouco eficaz qualquer enumeração legal exaustiva das hipóteses de comportamento desleal. Daí ser correta a opção da legislação brasileira por uma norma geral que imponha o comportamento de acordo com a boa-fé. Em verdade, não seria necessária qualquer enumeração das condutas desleais: o art. 5º do CPC é suficiente, exatamente por tratar-se de uma cláusula geral.

Assim, a partir análise das explicações dos autores acima, o princípio da boa-fé processual pode ser entendido como uma norma geral que impõe um comportamento de lealdade, probidade e boa-fé processual entre as partes que compõem a relação jurídica executiva, de modo que devem agir sempre com cooperação e colaboração entre si e não devem criar embaraços ao longo do desenvolvimento da marcha processual executiva.

2.2.3 Princípio da atipicidade

No que tange ao princípio da atipicidade, segundo preleciona Marcelo Abelha³⁵, pode ser entendido como a regra legal em que magistrado poderá, de acordo com cada caso concreto, utilizar-se de meio executivo que lhe pareça mais adequado para dar, de forma justa e efetiva, a tutela jurisdicional executiva.

³² DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil* –execução: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 379

³³ ABELHA, Marcelo. Manual de execução civil - 5ª ed. rev. e atual - Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 104

³⁴ DIDIER JR, Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 70, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1183784/Fredie_Didier_Jr.pdf. Acesso em: 26 de jun de 2020

³⁵ ABELHA, Marcelo. Op.cit., p. 98.

Nesse mesmo raciocínio, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira³⁶ afirmam que a partir desse princípio o magistrado pode se valer dos meios executivos que considerar mais adequados ao caso concreto, sejam eles meios de coerção direta ou meios de coerção indireta.

Ainda nessa perspectiva, insta salientar o que aduz Daniel Amorim Assumpção Neve³⁷ que

É pelos meios executivos que o juiz tenta, no caso concreto, a satisfação do direito do exequente. São variados esses meios previstos em lei: penhora, expropriação, busca e apreensão, astreintes, arresto executivo, remoção de pessoas ou coisas, fechamento de estabelecimentos comerciais etc. Apesar de bastante amplo o rol legal, a doutrina é pacífica no entendimento de se tratar rol meramente exemplificativo, podendo o juiz adotar outros meios executivos que não estejam expressamente consagrados em lei.

Assim, consoante se deduz das explanações dos autores supramencionados, pode-se afirmar que o princípio da atipicidade é o meio pelo qual os magistrados podem adotar medidas executivas que não estejam expressamente previstas em lei, podendo lançar mão dos meios executivos mais adequados de acordo com o caso concreto.

2.2.4 Princípio da Responsabilidade Patrimonial

À época da Roma antiga, conforme aduz Daniel Amorim Assumpção Neves³⁸, momento em que vigorava as Lei das XII tábuas, para a satisfação do direito do credor/exequente era possível que a execução incidisse sobre a própria pessoa do devedor/executado, de maneira que naquela época era tido como normal a prática de amputação dos membros do corpo do devedor para a sua respectiva divisão e satisfação dos direitos dos credores/exequentes.

Nesse mesmo sentido, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira³⁹ afirmam que “houve época, como no primitivo Direito

³⁶ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 100.

³⁷ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil: volume único*- 10ª ed. rev. e atual - Salvador. Ed. JusPodivm. 2017, p. 174

³⁸ Ibid., p. 1063

³⁹ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 69

Romano, em que se permitia que a execução incidisse sobre a própria pessoa do executado, que poderia, por exemplo, virar escravo do credor como forma de pagamento da sua dívida.”

Contudo, segundo aponta Alexandre Freitas Câmara⁴⁰, com a evolução histórica da execução civil desde a edição da Lex Poetelia Papiria, no ano de 326 a.C, a atividade processual executiva passou a incidir apenas sobre o patrimônio do devedor/executado. Nessa perspectiva, o referido autor afirma que

Tornou-se, então, vedado o emprego de mecanismos corporais de execução, como seriam a prisão civil ou a redução do devedor à condição de escravo. Toda a atividade executiva (com raríssimas exceções, como a prisão civil do devedor inescusável de alimentos) passou, então, a incidir tão somente sobre os bens que, integrando o patrimônio do executado, tenham valor econômico.

Assim, de acordo com Fredie Didier Jr e Leonardo da Cunha⁴¹ a humanização do direito ensejou na criação do princípio da responsabilidade patrimonial, que dispõe que somente o patrimônio, e não a pessoa, se submete à execução.

2.2.5 Princípio da menor onerosidade

A execução não pode ser entendida como um mero instrumento de exercício de vingança privada, nada justificando que o devedor/executado sofra maior gravame do que aquele especificamente necessário na busca do adimplemento do direito do credor/exequente, conforme preleciona Daniel Amorim de Assumpção Neves⁴².

O princípio da menor onerosidade da execução está previsto no artigo 805 do Código de Processo civil de 2015, no qual aduz que “Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado.”

⁴⁰ CÂMARA, Alexandre Freitas. *O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.257

⁴¹ DIDIER JR, Fredie et al. Op.cit. p. 69

⁴² NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil: volume único- 10ª ed. rev. e atual - Salvador. Ed. JusPodivm. 2017, p. 1068*

Nessa perspectiva, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁴³ registram que

O princípio visa impedir a execução desnecessariamente onerosa ao executado; ou seja, a execução abusiva. Em vez de enumerar situações em que a opção mais gravosa revelar-se-ia injusta, o legislador valeu-se, corretamente, de uma cláusula geral para reputar abusivo qualquer comportamento do credor que pretender valer-se de meio executivo mais oneroso do que outro igualmente idôneo à satisfação do seu crédito.

Em consonância com essa ideia, Marcelo Abelha⁴⁴ afirma que esse princípio é voltado para a proteção do devedor/executado, podendo o devedor invocá-lo toda vez que a execução civil estiver sendo efetuada por meios mais gravosos, de maneira que a execução civil esteja extrapolando os limites do indispensável.

Contudo, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁴⁵ afirmam que o devedor/executado não pode invocar o princípio da menor onerosidade da execução com a finalidade de não cumprir com a obrigação na forma especificamente prevista. Também não autoriza a interpretação de que o valor da execução deve ser minorado ou de que se deve tirar o direito do credor de escolher a prestação na obrigação alternativa.

2.2.6 Princípio do contraditório

O princípio do contraditório tem natureza constitucional e está previsto no artigo 5º, LV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assim dispõe: “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”. O referido princípio também encontra fundamento de validade nos artigos 7º, 9º e 10, do Código de Processo Civil de 2015.

De acordo com Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁴⁶ o princípio do contraditório é reflexo do princípio do devido processo legal e compreende um núcleo de vários direitos, dentre os quais podemos citar o

⁴³ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 80

⁴⁴ ABELHA, Marcelo. *Manual de execução civil* - 5ª ed. rev. e atual - Rio de Janeiro: Forense, 2015, p.99

⁴⁵ DIDIER JR, Fredie et al. Op.cit. p. 79

⁴⁶ Ibid., p. 76

direito de ser ouvido, direito de acompanhar os atos processuais, direito de produzir provas no bojo dos autos judiciais e manifestar-se sobre as provas produzidas, direito de ser informado regularmente dos atos praticados no processo, direito à motivação das decisões judiciais e o direito de impugnar as decisões judiciais.

Nessa perspectiva, em consonância com essa ideia, Marcelo Abelha⁴⁷ afirma que a ideia de contraditório está intimamente ligada com a compreensão de diálogo dentro dos autos judiciais, com a possibilidade de ser ouvido, com paridade de armas entre os atores jurídicos e de influenciar substancialmente na decisão judicial.

Seguindo esse raciocínio, Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁴⁸ consignam que

o contraditório vai além da bilateralidade de audiência e da garantia de conferir às partes iguais oportunidades. Ele exige a instauração de um *diálogo* no processo entre o juiz e as partes. Além da necessidade de dar ciência às partes dos atos a serem realizados no processo e das decisões ali proferidas, impõe-se conferir à parte a oportunidade de contribuir com o convencimento do juiz ou tribunal.

Em suma, o princípio do contraditório, conforme explicitado pelos autores, em suas variadas facetas pode ser compreendido como o direito da parte de ser ouvido, de acompanhar os atos processuais, de poder impugnar as decisões judiciais nos momentos oportunos, bem como de poder influenciar substancialmente no convencimento do juiz.

⁴⁷ ABELHA, Marcelo. Manual de execução civil - 5ª ed. rev. e atual - Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 103

⁴⁸ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil* –execução: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 76-77

CAPÍTULO III – A DOUTRINA E AS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS

3.1 Constitucionalidade do art. 139, IV, NCPC

Conforme mencionado anteriormente, as medidas executivas atípicas tiveram grande repercussão nacional, tanto nos meios de comunicação como na doutrina e na jurisprudência, a partir de uma decisão proferida por uma magistrada da 2º Vara Cível da Comarca do Estado de São Paulo que determinou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apreensão do passaporte e o cancelamento dos cartões de créditos do executado, até que houvesse o adimplemento da obrigação pecuniária.⁴⁹

A referida decisão judicial fora tomada devido ao comportamento do executado/devedor em não adimplir com a sua obrigação pecuniária, bem como por não ter indicado bens à penhora e não ter feito nenhuma proposta de acordo ao longo do processo executivo, além de não ter cumprido de forma adequada as ordens judiciais, de modo a frustrar o processo executivo.⁵⁰

Dessa forma, a repercussão nacional do caso ensejou discussões na doutrina sobre o tema. Lenio Luiz Streck e Dierle Nunes⁵¹ aduziram no sentido de que o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015 — que permite a aplicação de medidas executivas atípicas pelos magistrados —, seria uma possível carta branca para o arbítrio caso haja “uma interpretação que busque, sem maior reflexão, resultados desconectados das balizas constitucionais.” Continuam ainda dizendo que “Ou seja: partimos da tese – obedecendo a coerência e a

⁴⁹ ALMEIDA, Marília. *Justiça decide tomar de devedor passaporte, CNH e cartões*. Exame, 2016. Disponível em: <https://exame.com/seu-dinheiro/justica-decide-tomar-passaporte-cnh-e-cartoes-de-devedor>. Acesso em 25 de jun de 2020.

ZOGBI, Paula. *Justiça apreende passaporte e CNH de devedor em decisão inédita*. Infomoney, 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/justica-apreende-passaporte-e-cnh-de-devedor-em-decisao-inedita/>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

Passaporte é apreendido para forçar homem a quitar dívida. Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/245189/passaporte-e-apreendido-para-forcar-homem-a-quitar-divida>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

⁵⁰ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 4001386-13.2013.8.26.0011 – Execução de Título de Extrajudicial. Juíza Andrea Ferraz Musa. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cpc-artigo-139-juiz-poder-determinar1.pdf>. Acesso em 25 de jun de 2016

⁵¹ STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle. Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio? Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em 26 de jun de 2020.

integridade do artigo 926 – de que o CPC jamais daria “carta branca” para o juiz determinar quaisquer medidas aptas para que a obrigação fosse cumprida. E nem poderia dar!”⁵²

Por sua vez, para Fernando da Fonseca Gajardoni o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015 ao adotar a atipicidade das medidas executivas para as obrigações pecuniárias possibilitou uma verdadeira revolução silenciosa na sistemática executiva.⁵³

Gabriela Macedo Ferreira⁵⁴ também defende a constitucionalidade do referido dispositivo infraconstitucional, afirmando que

o direito fundamental à tutela executiva, corolário do devido processo legal e do direito de acesso à justiça, autoriza o legislador infraconstitucional a criar a cláusula geral de efetividade de que trata o art. 139, IV do CPC, instrumento voltado à pronta e integral efetivação das decisões judiciais. Não há que se falar, portanto, em qualquer mácula de inconstitucionalidade a inquinar a nova técnica legislativa.

Por outro lado, o professor Araken de Assis⁵⁵ sustenta que o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, não se constitui como uma regra inovadora, ao revés possibilitou, graças à falta de determinação das medidas indutivas, coercitivas, mandamentais e sub-rogoratórias, a adoção de penas civis, sem previsão legal específica, e, por esse motivo, seria inconstitucional à luz do artigo 5º, LIV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Para além disso tudo, o Partido dos Trabalhadores (PT) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn)⁵⁶ no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de suspensão liminar de eficácia da norma em face do art. 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015. O

⁵² STRECK, Lenio; NUNES, Diego. Como Interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio?. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

⁵³ GAJARDONI, Fernando da Fonseca. A revolução silenciosa da execução por quantia. JOTA, 2015. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-revolucao-silenciosa-da-execucao-por-quantia-24082015>. Acesso em 25 de jun de 2020.

⁵⁴ FERREIRA, Gabriela Macedo. *Poder geral de efetivação: em defesa da constitucionalidade da técnica de execução dos direitos do art. 139, IV do Código de Processo Civil*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p 414.

⁵⁵ ASSIS, Araken. *Cabimento e adequação dos meios executórios “atípicos”*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 149.

⁵⁶ PT pede inconstitucionalidade de medidas executórias como suspensão de passaporte e CNH. Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/279971/pt-pede-inconstitucionalidade-de-medidas-executorias-como-suspensao-de-passaporte-e-cnh>. Acesso em 25 de jun de 2020

mencionado partido sustenta que o dispositivo infraconstitucional, ao consagrar a atipicidade dos atos executivos, possibilitou interpretações extremas, como por exemplo as decisões que determinaram a apreensão do passaporte e a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dos devedores/executados.

Desta maneira, por meio da ADIn 5941, o Partido dos Trabalhadores (PT) pugna ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declare a nulidade, sem redução de texto, do inciso IV do artigo 139 da Lei n. 13.105/2015, para declarar inconstitucionais, como possíveis medidas coercitivas, indutivas ou sub-rogatórias oriundas da aplicação do referido dispositivo infraconstitucional, a apreensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e/ou suspensão do direito de dirigir, apreensão de passaporte, proibição de participação em concurso público e a proibição de participação em licitação pública.⁵⁷

No entanto, cumpre ressaltar ainda que, até o presente momento, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) de nº 5941 encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Sendo assim, é contemporâneo ressaltar as palavras do professor Araken de Assis⁵⁸, no qual aduz que

Há uma acirrada disputa ideológica em curso: de um lado, há os que defendem o incremento dos poderes do órgão judiciário como panaceia geral para alcançar a “efetividade” do processo [...]; de outro, aumentam as vozes que, repelindo o emprego discricionário dos poderes processuais do juiz, pugnam pela observância mais concreta e constante dos direitos fundamentais processuais, encarando o processo e suas regras como direito público indisponível, cuja aplicação se subordina ao princípio da legalidade [...]

Portanto, haja vista todo o exposto neste tópico, verifica-se que existe uma enorme controvérsia na doutrina que paira em torno sobre aplicabilidade do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015. De um lado, doutrinadores que defendem a sua aplicabilidade e

⁵⁷ PT pede inconstitucionalidade de medidas executórias como suspensão de passaporte e CNH. Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/279971/pt-pede-inconstitucionalidade-de-medidas-executorias-como-suspensao-de-passaporte-e-cnh>. Acesso em 25 de jun de 2020.

OLIVEIRA, Mariana. PT questiona no Supremo trecho do CPC que autoriza retenção de documentos. Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-10/pt-questiona-trecho-cpc-autoriza-retencao-documentos>. Acesso em 25 de jun de 2020.

⁵⁸ ASSIS, Araken. *Cabimento e adequação dos meios executórios “atípicos”*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). *Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

aduzem sobre os reflexos positivos que trouxe para a efetividade no cumprimento das decisões judiciais que envolvem prestação pecuniária. De outro, afirmam que seria uma carta branca para o arbítrio caso haja interpretações divorciadas das balizas constitucionais, bem como que seria inconstitucional tendo em vista a falta de determinação das medidas executivas atípicas e, por isso, ofenderia direitos fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

3.2 As diretrizes traçadas pela doutrina para aplicação das medidas executivas atípicas nas obrigações de pagar quantia certa

Nos demais subcapítulos abaixo, serão abordadas as posições de alguns doutrinadores que discorrem sobre quais seriam as diretrizes e pressupostos para se garantir maior legitimidade e melhor utilização na aplicação das medidas executivas atípicas nas ações que tenham por objeto as obrigações de pagar quantia certa.

3.2.1 Esgotamento das medidas típicas

O primeiro pressuposto a ser considerado, de acordo com Thiago Rodovalho⁵⁹, para a possibilidade de aplicação das medidas executivas atípicas deve ser o esgotamento das medidas típicas. Ou seja, as medidas executivas atípicas não devem ser as primeiras ferramentas a serem utilizadas pelos magistrados na execução por quantia certa, mas sim os últimos meios a serem empregados, pois devem ser esgotados os meios típicos e ordinários previstos em lei para depois o magistrado se valer das medidas executivas atípicas. Assim se verifica nas palavras colacionadas abaixo do autor

Nesse sentido, a primeira premissa é justamente a de que a *atipicidade dos meios executivos* não se consubstancia na «*prima ratio*», é dizer, a regra ou a primeira medida a ser invocada. Muito ao revés, a «regra» do nosso sistema continua a ser o da *tipicidade dos meios executivos*, só que agora «*temperado*» pelo sistema atípico.

⁵⁹ RODOVALHO, Thiago. O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos: uma reflexão sobre a decisão que determinou a apreensão de passaporte e cancelamento de cartões de crédito de um devedor. JOTA, 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-necessario-dialogo-entre-doutrina-e-jurisprudencia-na-concretizacao-da-atipicidade-dos-meios-executivos-21092016>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

Ou seja, e aqui reside a primeira premissa, os meios atípicos não são a *prima ratio*, e, sim, a *ultima ratio*, é dizer, esgotados e frustrados os meios executivos típicos e ordinários, pode-se, em tese, valer-se do sistema atípico.⁶⁰

Ainda, Mattheus Hoyashi, a partir dos estudos dos doutrinadores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, afirma que haveria a possibilidade de se adotar as medidas executivas atípicas na fase de cumprimento de sentença sem respeitar a regra da subsidiariedade, no entanto, o mesmo não se aplicaria no processo de execução de quantia certa, visto não se tratar de título de origem judicial.⁶¹

Nessa perspectiva, Andre Vasconcelos Roque⁶² também afirma que a adoção de medidas executivas atípicas no que se refere às obrigações de pagar quantia certa fica subordinada à ausência de efetividade dos meios executivos típicos previstos em lei para tal execução.

O autor ainda afirma que a regra da atipicidade é excepcional para as obrigações de natureza pecuniária, segundo trecho do autor reproduzido abaixo, *in verbis*:

No sistema do novo código, a atipicidade continua sendo a regra geral para as obrigações de fazer, não fazer e dar coisa (como já ocorria no CPC/1973), mas é excepcional (embora autorizada, na parte que regula genericamente os poderes do juiz no processo civil) para as obrigações de natureza pecuniária.⁶³

Desse modo, vale ressaltar o Enunciado 12 do Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC)⁶⁴ no qual aduz que

(arts. 139, IV, 523, 536 e 771) A aplicação das medidas atípicas sub-rogatórias e coercitivas é cabível em qualquer obrigação no cumprimento de sentença ou execução de título executivo extrajudicial. Essas medidas, contudo, serão aplicadas de forma subsidiária às medidas tipificadas, com observação do

⁶⁰ RODOVALHO, Thiago. O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos: uma reflexão sobre a decisão que determinou a apreensão de passaporte e cancelamento de cartões de crédito de um devedor. JOTA, 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-necessario-dialogo-entre-doutrina-e-jurisprudencia-na-concretizacao-da-atipicidade-dos-meios-executivos-21092016>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

⁶¹ ARENHART; MARINONI; MITIDIERO apud HOYASHI, Mattheus. A aplicação de medidas atípicas em obrigações pecuniárias: artigo 139, IV, do NCP. 2019. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

⁶² ROQUE, Andre Vasconcelos. Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 740.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Florianópolis. Enunciado 12. Fórum Permanente de Processualistas Civis (FPPC), 2017. Disponível em: <http://civilemobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>. Acesso em 26 de jun de 2020

contraditório, ainda que diferido, e por meio de decisão à luz do art. 489, § 1º, I e II. (Grupo: Execução)

Em suma, pode se observar que a doutrina majoritária entende que para a utilização das medidas executivas atípicas nas obrigações de pagar quantia certa pressupõe o esgotamento dos meios executivos típicos e ordinários previstos em lei. Assim, o magistrado somente poderia se valer das medidas executivas atípicas, no caso concreto, se na hipótese os meios executivos típicos previstos em lei se mostrassem ineficazes e fossem devidamente esgotados.

Contudo, cumpre ressaltar o posicionamento da doutrina minoritária em relação a subsidiariedade das medidas executivas atípicas. Para o professor Rommel Andriotti “[...] Se desde o princípio o requerente conseguir comprovar que a medida necessária ao seu caso é a atípica e não a típica, ele deveria poder usá-la em primeiro lugar.” Sendo assim, segundo o professor a subsidiariedade neste caso estaria dispensada, pois o fundamental seria “vencer o teste da necessidade”.⁶⁵

3.2.2 Possibilidade de cumprimento da obrigação pecuniária

Outro critério ressaltado por renomados doutrinadores diz respeito à possibilidade de adimplemento da obrigação pecuniária pelo devedor/executado, porque de nada adiantaria a aplicação de uma medida executiva atípica em determinado caso concreto se ficasse comprovado a impossibilidade de cumprimento da obrigação pecuniária pelo devedor/executado, de maneira que a aplicação de tal medida seria ineficaz. Assim se verifica nas palavras de Thiago Rodovalho⁶⁶ aduzindo que

[...] nas obrigações de pagar, se porventura há demonstração da real impossibilidade financeira da parte-obrigada, seria inócua, e daí um constrangimento inútil e desnecessário, a imposição de medidas atípicas para forçar o cumprimento

⁶⁵ ANDRIOTTI, Rommel. Entrevista – Medidas Executórias Atípicas no Processo Civil. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

⁶⁶ RODOVALHO, Thiago. O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos: uma reflexão sobre a decisão que determinou a apreensão de passaporte e cancelamento de cartões de crédito de um devedor. JOTA, 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-necessario-dialogo-entre-doutrina-e-jurisprudencia-na-concretizacao-da-atipicidade-dos-meios-executivos-21092016>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

De acordo com esse mesmo pensamento, Andre Vasconcelos Roque⁶⁷ consigna que a utilização das medidas executivas atípicas é pensada para os devedores/executados que possuem condições de cumprir com a obrigação, mas não o fazem por não se sentirem suficientemente coagidos pelos meios executivos previstos em Lei.

Em consonância com essa ideia, Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama⁶⁸ aduzem que as medidas executivas atípicas não podem ser utilizadas com o intuito punitivo, visto que não se pode forçar o devedor/executado a adimplir uma obrigação pecuniária caso esse não tenha bens penhoráveis para satisfazer a execução.

Em suma, conforme preleciona Rommel Andriotti⁶⁹ “não deve ser cabível medida executória atípica contra quem *realmente* não tem condições de pagar uma dívida. Isso seria punir alguém por ser pobre.”

3.2.3 Ausência de caráter punitivo da medida executiva atípica

Outro critério importante elencado pela doutrina e ligado ao critério anterior diz respeito à ausência de caráter punitivo da medida executiva atípica quando aplicada ao caso concreto pelo magistrado.

De acordo com Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu⁷⁰ medidas executivas atípicas não devem se confundir com as medidas punitivas, porque o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, somente dispôs das medidas atípicas.

⁶⁷ ROQUE, Andre Vasconcelos. Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020

⁶⁸ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

⁶⁹ ADRIOTTI, Rommel. Medidas Executórias Atípicas no processo civil. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>. Acesso em 26 de jun de 2020

⁷⁰ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Op.cit., p. 267.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a distinção feita por Marcelo Abelha Rodrigues⁷¹ sobre as referidas medidas supramencionadas, conforme trecho do autor colacionado abaixo, *in verbis*:

Enfim, é preciso ter muito clara a percepção de que o que define uma medida processual como coercitiva ou punitiva é a sua finalidade imediata [inegável que como toda e qualquer sanção punitiva, há, sempre, embutida e inerente uma função coercitiva decorrente do risco da punição, mas este não é o fim primeiro da regra do artigo 77, §2º], ou seja, se ela serve de instrumento para se obter um resultado a realizar ou se ela serve para punir uma conduta já realizada. Não é propriamente o seu nome, de onde emana ou o destinatário da medida processual que identificam se é coercitiva ou punitiva a medida processual. Frise-se, é a sua função, sua finalidade.

Tomando como exemplo a “multa processual”, esta ora pode ser uma medida coercitiva (art. 537 do CPC), ora uma medida processual punitiva (art. 774, parágrafo único do CPC), sendo ambas emanadas de um ato de ofício do juiz, ambas com natureza processual e ambas podem ser destinadas ao mesmo sujeito do processo.⁷²

Dessa forma, Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu⁷³ afirmam que em se tratando de medida sancionatória, não seria possível a criação de medidas punitivas atípicas, uma vez que nesta seara incide o princípio da estrita legalidade e, portanto, não pode haver punição sem previsão em lei.

Por isso, conforme aduz Rommel Adriotti⁷⁴ o verdadeiro alvo das medidas executivas atípicas é a inadimplência voluntária ou insolvência ficta, visto que nessas situações o devedor/executado tem a possibilidade de adimplir com a obrigação pecuniária, mas não o faz porque simplesmente não tem o desejo de cumprir com a obrigação pecuniária, que nas palavras do referido autor afirma que “como se o adimplemento de suas *obrigações* estivesse condicionado ao seu próprio senso subjetivo de oportunidade e conveniência.”

⁷¹ RODRIGUES, Marcelo Abelha. O que fazer quando o executado é um “cafajeste”? Apreensão de passaporte? Da carteira de motorista? Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/245946/o-que-fazer-quando-o-executado-e-um-cafajeste-apreensao-de-passaporte-da-carteira-de-motorista>. Acesso em 26 de jun de 2020.

⁷² Ibid.

⁷³ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.268

⁷⁴ ADRIOTTI, Rommel. Medidas Executórias Atípicas no processo civil. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>. Acesso em 26 de jun de 2020.

Em consonância com esse pensamento, a autora Gabriela Macedo Ferreira⁷⁵ afirma ser fundamental que haja indícios de que o devedor/executado esteja se esquivando do adimplemento da obrigação pecuniária para que lhe sejam aplicadas medidas restritivas de direito como meio executivo atípico. Por que caso contrário, a referida autora aduz que

a medida se revestirá de caráter punitivo – e não coercitivo –, não tendo eficácia e violando desarrazoadamente direitos sem contrapartida para o direito fundamental à tutela executiva. A cláusula geral de efetividade não autoriza a adoção de medidas meramente punitivas, mas de medidas de efetividade.

Sendo assim, consoante se infere das explanações dos autores, as medidas executivas atípicas devem ser aplicadas aos casos em que há inadimplência voluntária, ocasião em que o devedor/executado se esquia do adimplemento da obrigação pecuniária ao seu bel-prazer. Entretanto, consignam que as medidas executivas atípicas não devem ser aplicadas com a finalidade punitiva, pois nesse caso violaria o princípio da legalidade e direitos desarrazoadamente

3.2.4 Proibição dos excessos

Outro critério balizador adotado pelos doutrinadores para a aplicação das medidas executivas atípicas diz respeito à proibição de excessos, que, nas palavras de Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁷⁶, explicitam que “a realização de uma regra ou princípio constitucional não pode conduzir à restrição a um direito fundamental que lhe retire um mínimo de eficácia.

Os referidos doutrinadores afirmam ainda que o princípio da proibição de excessos

“incide sempre que o núcleo essencial de um direito fundamental houver sido atingido, a ponto de esse direito fundamental sofrer restrição excessiva. Pouco importa a relação meio/fim, ou a exigibilidade da medida ou ainda a ponderação com outro direito fundamental eventualmente em jogo: aqui se analisa apenas a eficácia de um determinado direito fundamental” (2020, p. 342).

⁷⁵ FERREIRA, Gabriela Macedo. *Poder geral de efetivação: em defesa da constitucionalidade da técnica de execução dos direitos do art. 139, IV do Código de Processo Civil*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). *Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020, p.406

⁷⁶ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 342

Em conformidade com essa ideia, Gabriela Expósito e Sara Imbassahy Levita afirmam que o postulado da proibição de excessos terá utilidade sempre que o núcleo de um direito fundamental for atingido e sofrer uma restrição excessiva.⁷⁷

Sendo assim, esse princípio se traduz na ideia de preocupação com a proteção ao núcleo do direito fundamental, na tentativa de limitar possíveis medidas que o ofenda, impedindo, portanto, a sua restrição de forma exacerbada.

Para o professor e doutrinador Andre Vasconcelos Roque⁷⁸ o juiz não poderia determinar um meio executivo atípico que seja vedado pelo ordenamento jurídico. Segundo afirma o referido autor, a cláusula geral prevista no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, ainda que “não disponha explicitamente, não se pode extrair autorização para que o magistrado desconsidere as vedações objetivamente estabelecidas pelo legislador ou mesmo pela Constituição, sob pena de abuso de poder.”

Nessa perspectiva, o referido autor afirma, a título exemplificativo, que um magistrado não poderia determinar a prisão civil de um devedor/executado — a não ser na hipótese de devedor de prestação alimentícia —, uma vez que há a vedação legal estabelecida pelo artigo 7º, item 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)⁷⁹ e também por vedação expressa de enunciado de Súmula Vinculante de 25 do Supremo Tribunal Federal (STF)⁸⁰.

Em consonância com a mesma ideia, os autores Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas Gama e Abreu (2020) aduzem que a cláusula geral prevista no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, não permite sob nenhuma hipótese a determinação da prisão civil

⁷⁷ EXPÓSITO, Gabriela; LEVITA, Sara Imbassahy. A (im)possibilidade de suspensão de CNH como medida executiva atípica. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.376

⁷⁸ ROQUE, Andre Vasconcelos. Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 742.

⁷⁹ SAN JOSÉ DA COSTA RICA. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 26 de jun de 2020. Art. 7. Item 7: “Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.”

⁸⁰ “É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.”

por dívidas, a não ser nos casos a do devedor de alimentos. Assim os referidos autores afirmam que

Logo, não nos parece possível, em nenhum caso concreto, fora execução de alimentos, a expedição de uma ordem para pagar quantia certa sob pena de prisão, pois tal medida viola o direito de liberdade, também fundamental.

Sendo assim, verifica-se que esse critério é de suma importância, uma vez que pela perspectiva dos autores citados não se deve adotar medidas executivas atípicas que violem o ordenamento jurídico como um todo, de maneira que o meio executivo atípico manejado pelo juiz no caso concreto não deve ser proibido por Lei.

3.2.5 Ônus argumentativo

O princípio da fundamentação tem envergadura constitucional e está previsto no artigo 93, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, que assim dispõe: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.”

Também está previsto no artigo 11 do Código de Processo Civil de 2015, nos seguintes termos: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.”

A doutrina considera o ônus argumentativo outro critério indispensável para a aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto. De acordo com Rommel Andriotti para a concessão de uma medida executiva atípica é necessário arcar com todo o ônus argumentativo, que deve ser deduzido tanto pelos postulantes da medida atípica quanto pelo juiz atuante na causa judicial.⁸¹

⁸¹ “E esse dever não começa no juiz, mas sim nos requerentes, advogados, promotores, procuradores e demais postulantes.” ADRIOTTI, Rommel. Medidas Executórias Atípicas no processo civil. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>). Acesso em 26 de jun de 2020:

Nesse sentido, vale ressaltar o que prelecionam Lenio Luiz Streck e Dierle Nunes⁸², conforme trecho reproduzido abaixo, *in verbis*:

Em face do novo CPC, parece-nos evidente que esta cláusula geral de efetivação implicará um ônus argumentativo diferenciado para o juiz ao fundamentar e se valer da medida, especialmente pela determinação do artigo 489, §1º, II, por se tratar de um conceito jurídico indeterminado, mitigando a possibilidade de arbitrariedades.

Em consonância com essa ideia, se posicionam os autores Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas Gama e Abreu além de ressaltarem a necessidade de se dar concretude a esse conceito jurídico indeterminado, ou seja, as medidas atípicas⁸³. Sendo assim, expõem ainda os referidos doutrinadores que

“ Logo, deverá o julgador prestar as contas e deixar claro os motivos pelos quais está se valendo de uma medida atípica, devendo ainda esclarecer quais foram os motivos que o levaram a tomar determinada medida naquele caso concreto” (ABREU; CARREIRA, 2020, p. 278)

Nesse mesmo sentido, Gabriela Macedo Ferreira⁸⁴ aduz que existe a necessidade de fundamentação de maneira substancial para o magistrado que defere a medida executiva atípica no caso concreto. A autora afirma ainda que

Os meios executivos devem ser indicados de forma precisa, com delimitação do objeto da execução, início, fim e forma para evitar um desbordamento (sic) ilegítimo do exercício da tutela executiva. Quanto mais grave a medida, maior o ônus argumentativo. (FERREIRA, 2020, p.405-406)

Em suma, consoante explicitado pelos doutrinadores, considera-se que o dever de fundamentação diferenciado é requisito essencial para se garantir legitimidade na concessão das medidas executivas atípicas, de modo que esse dever perpassa tanto pelos postulantes quanto pelos magistrados.

⁸² STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle. Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio? Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em 26 de jun de 2020.

⁸³ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.278

⁸⁴ FERREIRA, Gabriela Macedo. *Poder geral de efetivação: em defesa da constitucionalidade da técnica de execução dos direitos do art. 139, IV do Código de Processo Civil*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.405-406

3.2.6 Princípio do contraditório

Conforme já aduzido anteriormente neste trabalho, o princípio do contraditório tem natureza constitucional e encontra fundamento de validade também no Código de Processo Civil de 2015.

Na concessão das medidas executivas atípicas o princípio do contraditório tem um papel relevante e se expressa no diálogo entre as partes em que o magistrado deverá promover antes de proferir uma decisão deferitória das referidas medidas.⁸⁵

Nessa perspectiva, vale ressaltar o que prelecionam Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁸⁶ que

Considerando que a escolha da medida executiva atípica pressupõe a análise de enunciados normativos de conteúdo semântico aberto, bem como a consideração de distintos pontos de vista, é essencial a observância do contraditório (art. 7º e 9º, CPC), ainda que diferido para momento posterior [...]

Em consonância com esse pensamento, a autora Gabriela Macedo Ferreira⁸⁷ aduz sobre a importância do princípio do contraditório como mecanismo de controle ao poder geral de efetivação do juiz, previsto no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

Sendo assim, o princípio do contraditório, conforme ilustrado pelos autores ao longo deste tópico, é fundamental para se garantir a legitimidade na aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto, uma vez que é essencial oportunizar o contraditório substancial a parte que será afetada pela referida medida.

3.2.7 Princípio da proporcionalidade

⁸⁵ “Primeiramente, antes de proferir uma decisão fixando medidas inominadas, deverá o julgador oportunizar o diálogo entre as partes. Caso o pedido tenha partido do exequente, o juiz deverá oportunizar que sobre ela se manifeste o executado, a não ser que se trate de medidas urgentes [...] (CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas, 2020, p. 276)

⁸⁶ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil* –execução: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 117

⁸⁷ FERREIRA, Gabriela Macedo. *op.cid.*, 2020, p.405

Segundo afirma a autora Gabriela Macedo Ferreira⁸⁸ o princípio da proporcionalidade é também um dos mecanismos de controle ao poder geral de efetivação previsto no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015. A autora aduz que no caso concreto o juiz deve avaliar a técnica executiva mais adequada para ser aplicada, utilizando-se do princípio da proporcionalidade e seus subprincípios, a saber: adequação, exigibilidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Em relação ao subprincípio da adequação, conforme prelecionam Fredie Didier Jr. Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira⁸⁹, a medida executiva atípica deve ser entendida como adequada por aquela que busque atingir determinado resultado almejado.

Nesse mesmo sentido, consoante afirma Rommel Andriotti⁹⁰ “algo adequado quando é o meio idôneo para a concretização de um fim.” Desta maneira, para o referido autor, medida executiva atípica seria adequada aquela que, pelas circunstâncias do caso, as chances de adimplemento da obrigação pecuniária são maiores com ela utilizada do que sem ela.

No que se refere ao subprincípio da necessidade/exigibilidade, segundo aduz Gabriela Macedo Ferreira⁹¹, seria necessária a medida executiva atípica aquela que adotada no caso concreto resultasse na menor restrição possível ao devedor/executado e que não excederiam o estritamente necessário para a tutela do direito a ser efetivado.

Em consonância com esse pensamento, Rommel Andriotti (2018) afirma que o necessário pode ser entendido como aquele que “traga o maior benefício com o menor custo, financeiro e/ou jurídico”.

Com relação ao subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito, segundo afirmam Fredie Didier Jr. Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de

⁸⁸ FERREIRA, Gabriela Macedo. *ibid*, 2020, p.405-406

⁸⁹ DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 116

⁹⁰ ADRIOTTI, Rommel. Medidas Executórias Atípicas no processo civil. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>). Acesso em 26 de jun de 2020

⁹¹ FERREIRA, Gabriela Macedo. *op.cid.*, 2020, 406

Oliveira⁹², a escolha da medida executiva atípica deve almejar a maneira que mais atenda os interesses que estão em conflito dos atores que compõem a relação jurídica processual, de modo a sopesar as vantagens e desvantagens que a referida medida atípica produz.

Nesse mesmo raciocínio, Rommel Andriotti⁹³ afirma que para a medida executiva atípica ser proporcional significa dizer que “o benefício a ser obtido com o ato deve ser valorado como superior ao malefício que esse ato traria, e, mais que isso, o prejuízo por ele trazido não pode afetar o “núcleo duro” da garantia preterida.”

Em suma, conforme bem explanado pelos doutrinadores mencionados, verifica-se que o princípio da proporcionalidade e os seus subprincípios — adequação, necessidade/exigibilidade e proporcionalidade em sentido estrito — são mecanismos de controle ao poder geral de efetivação previsto no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido, cabe aos juízes sopesar se as medidas executivas atípicas passam pelo teste da proporcionalidade, de maneira a garantir maior legitimidade na sua aplicação e não violação desarrazoada de direitos.

⁹² DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil* —execução: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 116

⁹³ ADRIOTTI, Rommel. op.cid.

CAPÍTULO IV – AS DIRETRIZES TRAÇADAS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS

No presente capítulo abordar-se-á quais são as diretrizes que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem delineando em sua jurisprudência, por meio dos seus julgados, para aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto e que devem ser observadas pelos tribunais inferiores e magistrados Brasil afora.

Dessa forma, mediante a análise de julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ), verificou-se que as turmas de direito privado do referido tribunal fixaram algumas diretrizes que devem ser observadas pelos tribunais inferiores e magistrados quando da concessão das medidas executivas atípicas no caso concreto.⁹⁴

Conforme entendimento firmado pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando julgamento dos Recursos Especiais de nº 1.782.418 RJ e 1.788.950 MT, se não existir no processo judicial indícios de que o devedor/executado esteja ocultando patrimônio aptos para satisfazer a dívida por ele inadimplida, não será possível a adoção de medidas executivas atípicas, previstas no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, no bojo dos autos judiciais.

No voto da Excelentíssima Ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ)⁹⁵, é fundamental que exista

a possibilidade do adimplemento – ou seja, a existência de indícios mínimos que sugiram que o executado possui bens aptos a satisfazer a dívida – é premissa que decorre como imperativo lógico, pois não haveria razão apta a justificar a imposição de medidas de pressão na hipótese de restar provada a inexistência de patrimônio hábil a cobrir o débito.

Segundo afirma ainda a referida ministra, a utilização das medidas executivas atípicas quando utilizadas fora dessa premissa poderia se mostrar desarrazoada ou desproporcional, podendo inclusive se configurar como uma medida comparável a punitiva.

⁹⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1867287/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2020, DJe 27/05/2020

⁹⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1788950/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)

Desta maneira, verifica-se que a primeira diretriz traçada pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) diz respeito à existência de indícios mínimos de que o devedor/executado possui patrimônio apto para adimplir com a obrigação pecuniária. Conforme já visto em capítulo anterior, essa diretriz também se coaduna com outros critérios mencionados pela doutrina, no qual diz respeito à possibilidade de adimplemento da obrigação pecuniária pelo devedor/executado e a ausência de caráter punitivo da medida executiva atípica.

A segunda diretriz traçada pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) se refere ao esgotamento prévio dos meios executivos típicos, ou seja, aqueles que estão previstos em Lei, para ensejar a possibilidade de aplicação dos meios executivos atípicos no caso concreto.

Consoante afirma em seu voto a Ministra Nancy Andrigli, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é imprescindível observar

a necessidade de esgotamento prévio dos meios típicos de satisfação do crédito exequendo, tendentes ao desapossamento do devedor, sob pena de se burlar a sistemática processual longamente disciplinada na lei adjetiva.

Nessa mesma linha de raciocínio, o Ministro Luis Felipe Salomão da Quarta Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando do julgamento do Recurso em Habeas Corpus (RHC) 97.876⁹⁶, afirmou que

o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual, afastando-se de seu desiderato

Dessa forma, conforme já mencionado em capítulo anterior, a doutrina majoritária também considera como pressuposto para a possibilidade de aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto, pelo juiz, a necessidade de esgotamento prévio dos meios executivos típicos disponíveis.

⁹⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018

Entretanto, cumpre ressaltar, consoante já feito em capítulo anterior, a doutrina minoritária diverge dessa diretriz, uma vez que para ela o mais importante é vencer o teste da necessidade da medida executiva, pois havendo a demonstração de que a medida executiva atípica é mais necessária do que a medida executiva típica, o exequente poderia se utilizar daquela.

A terceira diretriz fixada pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) se refere à necessidade de fundamentação diferenciada da decisão que defere a aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto.

A Ministra Nancy Andriighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirma em seu voto que

A decisão que autorizar a utilização de medidas coercitivas indiretas deve, ademais, ser devidamente fundamentada, a partir das circunstâncias específicas do caso, não sendo suficiente para tanto a mera indicação ou reprodução do texto do art. 139, IV, do CPC/15 ou mesmo a invocação de conceitos jurídicos indeterminados sem ser explicitado o motivo concreto de sua incidência na espécie (art. 489, § 1º, I e II, do CPC/15).

Desse modo, conforme já ilustrado em capítulo anterior, a doutrina também concorda com essa diretriz e entende como imprescindível a necessidade de fundamentação diferenciada quando da concessão das medidas executivas atípicas, de maneira que esse ônus argumentativo perpassa tanto pelos postulantes da medida executiva atípica quanto pelo magistrado que atua na causa judicial.

A quarta diretriz traçada pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) diz respeito à indispensabilidade de contraditório substancial à parte que será afetada pela medida executiva atípica no caso concreto.

Segundo afirma em seu voto, a Ministra Nancy Andriighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), aduz que “o contraditório prévio é, aliás, a regra no CPC/15, em especial diante da previsão do art. 9º, que veda a prolação de decisão contra qualquer das partes sem sua prévia oitiva fora das hipóteses contempladas em seu parágrafo único.”

Sendo assim, consoante já explanado em capítulo anterior, o princípio do contraditório tem fundamento de validade constitucional e infraconstitucional, e para a doutrina é um dos princípios que garante legitimidade na aplicação das medidas executivas atípicas, de maneira que para a doutrina também é imprescindível oportunizar à parte afetada pela referida medida o contraditório substancial, com a vedação de qualquer decisão surpresa fora das hipóteses legais permitidas, com o direito a manifestação prévia antes de sua concessão e tudo o mais que compreende a ampla defesa.

A quinta diretriz fixada pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) se refere à observância, pelos magistrados, do princípio da proporcionalidade e seus subprincípios na aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto.

Conforme afirma em seu voto, a Ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), consigna que

o juiz está autorizado a adotar medidas que entenda adequadas, necessárias e razoáveis para efetivar a tutela do direito do credor em face de devedor que, demonstrando possuir patrimônio apto a saldar o débito em cobrança, intente frustrar sem razão o processo executivo.

Em conformidade com o que já foi ilustrado em capítulo anterior, a doutrina entende que o princípio da proporcionalidade e seus subprincípios — adequação, necessidade/exigibilidade e proporcionalidade em sentido estrito — são um dos mecanismos de controle ao poder geral de efetivação previsto no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil. Desta maneira, tal princípio tem como finalidade garantir maior legitimidade na aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto.

Para além disso tudo, vale ressaltar ainda o trecho do voto da Ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que registra que os magistrados devem observar, quando da aplicação das medidas executivas atípicas, o atendimento

aos fins sociais do ordenamento jurídico e às exigências do bem comum, observado o resguardo e a promoção da dignidade da pessoa humana, assim como da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, da publicidade e da eficiência.

Em suma, em conformidade com as diretrizes delineadas pela Terceira Turma Especializada de Direito Privado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a utilização de medidas executivas atípicas pelos magistrados é cabível desde que seja verificado a existência de indícios mínimos de que o devedor possua patrimônio expropriável, que tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário das medidas executivas típicas, mediante decisão deferitória que contenha fundamentação diferenciada, com observância do contraditório substancial e observância do princípio da proporcionalidade, conforme se infere dos arestos colacionados abaixo que ensejaram as referidas diretrizes sedimentadas pelo Tribunal da Cidadania, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CHEQUES. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

7. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

(REsp 1788950/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)

(REsp 1848854/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 13/12/2019)

(REsp 1854289/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 26/02/2020)

(REsp 1864190/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2020, DJe 19/06/2020)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. QUANTIA CERTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)

(REsp 1.828.969/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 05/09/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. CPC/2015. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA COM O ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL. SUBSIDIARIEDADE, NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE. RETENÇÃO DE PASSAPORTE.

COAÇÃO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. SUSPENSÃO DA CNH. NÃO CONHECIMENTO. 1. O habeas corpus é instrumento de previsão constitucional vocacionado à tutela da liberdade de locomoção, de utilização excepcional, orientado para o enfrentamento das hipóteses em que se vislumbra manifesta ilegalidade ou abuso nas decisões judiciais.

5. Assim, no caso concreto, após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida, para assegurar o cumprimento de ordem judicial, deve o magistrado eleger medida que seja necessária, lógica e proporcional. Não sendo adequada e necessária, ainda que sob o escudo da busca pela efetivação das decisões judiciais, será contrária à ordem jurídica.

6. Nesse sentido, para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual.

10. O reconhecimento da ilegalidade da medida consistente na apreensão do passaporte do paciente, na hipótese em apreço, não tem qualquer pretensão em afirmar a impossibilidade dessa providência coercitiva em outros casos e de maneira genérica. A medida poderá eventualmente ser utilizada, desde que obedecido o contraditório e fundamentada e adequada a decisão, verificada também a proporcionalidade da providência.

12. Recurso ordinário parcialmente conhecido.

(RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018)

CAPÍTULO V – ANÁLISE DE ALGUMAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS

Considerando os elementos enumerados pelos doutrinadores brasileiros em relação à aplicação das medidas executivas atípicas no caso concreto e pelas diretrizes traçadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos seus julgamentos, passaremos à análise da aplicação de algumas medidas executivas atípicas pelo judiciário brasileiro que causaram algum tipo de repercussão midiática, com a finalidade de verificar se essas medidas violam de alguma forma a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os direitos fundamentais dos executados/ devedores.

5.1 Suspensão da carteira nacional de habilitação (CNH)

O Código de Processo Civil de 2015, em seu artigo 139, inciso IV, dispõe que cabe ao magistrado “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”. A partir desse fundamento legal, magistrados Brasil a fora começaram a deferir medidas executivas atípicas⁹⁷ de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a finalidade de coagir os executados que não adimpliam com as suas obrigações ao longo da marcha processual executiva.

De início, é importante destacar que a questão é muito polêmica no âmbito jurídico, havendo vozes contrárias e favoráveis tanto na doutrina quanto na jurisprudência em relação à aplicação de tal medida executiva atípica e a sua constitucionalidade. Para Thiago Rodovalho (2016), um dos que defende a constitucionalidade da medida atípica executiva, a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com a observância de alguns critérios já explanados neste trabalho, não violaria a direito fundamental ou mesmo social, tampouco ofende direito da

⁹⁷ ALMEIDA, Marília. *Justiça decide tomar de devedor passaporte, CNH e cartões*. Exame, 2016. Disponível em: <https://exame.com/seu-dinheiro/justica-decide-tomar-passaporte-cnh-e-cartoes-de-devedor/>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Para que réu pague dívida, juíza suspende CNH e confisca passaporte. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-07/reu-pague-divida-juiza-suspende-cnh-confisca-passaporte>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

GALLI, Marcelo. *Juíza suspende CNH de devedor para garantir pagamento de dívida*. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-08/juiza-suspende-cnh-devedor-garantir-pagamento-divida>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

TJ/SP autoriza suspensão de CNH de devedor para pagamento de dívida. Migalhas, 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/309540/tj-sp-autoriza-suspensao-de-cnh-de-devedor-para-pagamento-de-divida>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

personalidade, ressaltando somente a aplicação de tal medida quanto aos indivíduos que se utilizam de veículo automotor como instrumento de trabalho.

Para sustentar o seu argumento, Thiago Rodovalho⁹⁸ afirma que em outros casos a Administração Pública pode impor limitações ao direito de dirigir do cidadão e que também pode administrativamente suspender esse direito, como por exemplo acontece quando o indivíduo excede a pontuação máxima além do permitido na Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Para além disso, afirma que

Demais disso, milhares ou mesmo milhões de cidadãos, por questões financeiras ou por mera opção pessoal, não dirigem. Pode, ainda, haver outras restrições ao exercício do direito de dirigir, tais como as impostas pelo rodízio de veículos, por pedágios em rodovias.

Em consonância com essa ideia, Andre Vasconcelos Roque⁹⁹ afirma que em sua ótica, com a observância de alguns requisitos já explanados neste trabalho, não existe qualquer óbice para a proibição de tal medida executiva atípica, argumentando no sentido de que

não se concebe um direito de ir e vir conduzindo seu próprio veículo – o executado poderá se deslocar utilizando outros meios e a Administração Pública pode, em determinadas situações, restringir a utilização de veículo próprio (como evidenciam os casos de rodízio na circulação de automóveis na cidade de São Paulo).

Em contraste com as vozes favoráveis para adoção da referida medida executiva atípica, Gabriela Expósito e Sara Imbassahy Levita¹⁰⁰ afirmam que o direito fundamental de locomoção é complexo e, por isso, engloba uma série de outros direitos inerentes ao seu exercício, tais como: o direito de viajar, de migrar, de permanecer e se locomover livremente nos lugares públicos. Então, afirmam as autoras que não é somente a locomoção em si que integram o direito fundamental à locomoção, mas também integram necessariamente o meio pelo qual o indivíduo deseja se locomover no trânsito público.

⁹⁸ RODOVALHO, Thiago. O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos: uma reflexão sobre a decisão que determinou a apreensão de passaporte e cancelamento de cartões de crédito de um devedor. JOTA, 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-necessario-dialogo-entre-doutrina-e-jurisprudencia-na-concretizacao-da-atipicidade-dos-meios-executivos-21092016>. Acesso em: 25 de jun de 2020

⁹⁹ ROQUE, Andre Vasconcelos. *Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p 743

¹⁰⁰ EXPÓSITO, Gabriela; LEVITA, Sara Imbassahy. A (im)possibilidade de suspensão de CNH como medida executiva atípica. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.387

Assim, as referidas autoras sustentam que o direito de dirigir também integra o direito de locomoção, e por esse direito fundamental estar insculpido no artigo 5º, XV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e ser uma norma constitucional de eficácia contida, o direito de dirigir somente poderia ser limitado por meio de uma lei ordinária. Portanto, na ideia das autoras somente

[...]cabe a uma lei ordinária a restrição ao direito de ir e vir, e, o direito de dirigir está inserido nesse contexto, a decisão judicial sem fundamentação legal expressa possibilitando suspensão ou cassação da CNH é ilegal

Também como uma das vozes contrárias à adoção da aplicação de tal medida executiva atípica, Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu¹⁰¹ defendem que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) conserva natureza jurídica de licença administrativa e a sua concessão pelo Poder Público é feita por meio de um ato vinculado e definitivo, motivo pelo qual a sua suspensão ou cassação somente pode ser feita mediante um procedimento específico regulamentado em Lei.

Dessa forma, na opinião dos respectivos autores, a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não se constitui como medida executiva atípica idônea para ser utilizada como instrumento de coerção para o adimplemento de obrigações de pagar quantia certa.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem consolidando em sua jurisprudência o entendimento no sentido de que a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), aplicada com o fundamento legal do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, não configura ameaça ao direito de locomoção do seu titular. Nesse sentido, cabe trazer à baila o aresto colacionado abaixo, *in verbis*:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. CPC/2015. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA COM O ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL. SUBSIDIARIEDADE, NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE. RETENÇÃO DE PASSAPORTE. COAÇÃO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. SUSPENSÃO DA CNH. NÃO CONHECIMENTO.

1. O habeas corpus é instrumento de previsão constitucional vocacionado à tutela da liberdade de locomoção, de utilização excepcional, orientado para o enfrentamento das hipóteses em que se vislumbra manifesta ilegalidade ou abuso nas decisões judiciais.

¹⁰¹ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.280

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o acautelamento de passaporte é medida que limita a liberdade de locomoção, que pode, no caso concreto, significar constrangimento ilegal e arbitrário, sendo o habeas corpus via processual adequada para essa análise.

3. O CPC de 2015, em homenagem ao princípio do resultado na execução, inovou o ordenamento jurídico com a previsão, em seu art.

139, IV, de medidas executivas atípicas, tendentes à satisfação da obrigação exequenda, inclusive as de pagar quantia certa.

4. As modernas regras de processo, no entanto, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância, poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável.

5. Assim, no caso concreto, após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida, para assegurar o cumprimento de ordem judicial, deve o magistrado eleger medida que seja necessária, lógica e proporcional. Não sendo adequada e necessária, ainda que sob o escudo da busca pela efetivação das decisões judiciais, será contrária à ordem jurídica.

6. Nesse sentido, para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual.

7. A adoção de medidas de incursão na esfera de direitos do executado, notadamente direitos fundamentais, carecerá de legitimidade e configurar-se-á coação reprovável, sempre que vazia de respaldo constitucional ou previsão legal e à medida em que não se justificar em defesa de outro direito fundamental.

8. A liberdade de locomoção é a primeira de todas as liberdades, sendo condição de quase todas as demais. Consiste em poder o indivíduo deslocar-se de um lugar para outro, ou permanecer cá ou lá, segundo lhe convenha ou bem lhe pareça, compreendendo todas as possíveis manifestações da liberdade de ir e vir.

9. Revela-se ilegal e arbitrária a medida coercitiva de suspensão do passaporte proferida no bojo de execução por título extrajudicial (duplicata de prestação de serviço), por restringir direito fundamental de ir e vir de forma desproporcional e não razoável. Não tendo sido demonstrado o esgotamento dos meios tradicionais de satisfação, a medida não se comprova necessária.

10. O reconhecimento da ilegalidade da medida consistente na apreensão do passaporte do paciente, na hipótese em apreço, não tem qualquer pretensão em afirmar a impossibilidade dessa providência coercitiva em outros casos e de maneira genérica. A medida poderá eventualmente ser utilizada, desde que obedecido o contraditório e fundamentada e adequada a decisão, verificada também a proporcionalidade da providência.

11. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação não configura ameaça ao direito de ir e vir do titular, sendo, assim, inadequada a utilização do habeas corpus, impedindo seu conhecimento. É fato que a retenção desse documento tem potencial para causar embaraços consideráveis a qualquer pessoa e, a alguns determinados grupos, ainda de forma mais drástica, caso de profissionais, que tem na condução de veículos, a fonte de sustento. É fato também que, se detectada esta condição particular, no entanto, a possibilidade de impugnação da decisão é certa, todavia por via diversa do habeas corpus, porque sua razão não será a coação ilegal ou arbitrária ao direito de locomoção, mas inadequação de outra natureza.

12. Recurso ordinário parcialmente conhecido.

(RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018)

No julgamento desse Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC 97.876/SP) o Ministro Relator Luís Felipe Salomão afirmou que no caso concreto o indivíduo atingido pela medida executiva atípica com a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não ficaria tolhido da sua liberdade fundamental de locomoção, uma vez que ele poderia se locomover para

todo e qualquer lugar, desde que não se fizesse conduzindo veículo automotor. E prosseguiu defendendo que “De fato, entender essa questão de forma diferente significaria dizer que todos aqueles que não detém a habilitação para dirigir estariam constrangidos em sua locomoção.”

Além disso, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem entendendo que a adoção de meios executivos atípicos — tais como a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)¹⁰² — é cabível desde que sejam observados a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, mediante decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade, requisitos já explanados anteriormente neste trabalho, conforme ementa reproduzida abaixo, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DESPEJO E COBRANÇA DE ALUGUEIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO, EM TESE. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

1. Ação ajuizada em 17/4/2002. Recurso especial interposto em 10/6/2019. Autos conclusos à Relatora em 18/12/2019.

2. O propósito recursal é definir se a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do devedor de obrigação de pagar quantia é medida viável de ser adotadas pelo juiz condutor do processo executivo.

3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

4. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.

5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

7. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do recorrente sob o fundamento de que a medida postulada não se vinculava diretamente com a tentativa

¹⁰² STJ admite suspensão de CNH para satisfação de crédito desde que medida seja subsidiária. Migalhas, 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/321034/stj-admite-suspensao-de-cnh-para-satisfacao-de-credito-desde-que-medida-seja-subsidiaria>. Acesso em 22 de agosto de 2020

É possível suspender CNH por dívida, reafirma 3ª Turma do STJ. Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-fev-27/possivel-suspender-cnh-divida-reafirma-turma-stj>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

de satisfação do crédito, além de se revelar incompatível com o bem jurídico protegido.

8. Como essas circunstâncias, isoladamente, não se coadunam com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor – à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos – o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para que se proceda a novo exame da questão.

RECURSO ESPECIAL PROVIDO

RECURSO ESPECIAL Nº 1.854.289 - PB (2019/0378596-7)

Dessa forma, conforme se verifica dos arestos colacionados acima, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem permitindo a adoção de medidas executivas atípicas pelos magistrados Brasil a fora — e aqui se inclui também a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) como medida atípica —, desde que sejam observados os critérios já explanados no presente trabalho.

Ademais, também pode se observar ao longo do presente capítulo que existem autores com bons argumentos favoráveis a adoção de tal medida executiva atípica quanto autores com bons argumentos contrários.

Em nossa concepção, em que pese o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos autores que defendem a aplicação da referida medida atípica, com a devida vênia, concordamos com as autoras Gabriela Expósito e Sara Imbassahy Levita¹⁰³, na qual afirmam que o direito de dirigir do indivíduo está inserido dentro do núcleo do direito fundamental de locomoção, de modo que este direito engloba também o meio pelo qual o indivíduo deseja se locomover no trânsito público. E por ser um direito que estaria insculpido em uma norma constitucional de eficácia contida, o direito de dirigir apenas poderia ser restringido por meio da edição de uma lei ordinária e não através de uma cláusula geral prevista no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

5.2 Apreensão do passaporte

Igualmente como na suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), magistrados pelo Brasil afora também começaram a deferir medidas executivas atípicas de apreensão do

¹⁰³ EXPÓSITO, Gabriela; LEVITA, Sara Imbassahy. A (im)possibilidade de suspensão de CNH como medida executiva atípica. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). *Coleção Grandes Temas do Novo CPC* – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.387

passaporte com o escopo de coagir os executados/devedores para que estes cumprissem com as suas obrigações deduzidas nos autos dos processos judiciais.¹⁰⁴

Posto isso, a aplicação de tal medida executiva atípica não passou despercebida e também levantou polêmica tanto na doutrina como na jurisprudência, havendo autores defendendo com bons argumentos favoráveis a aplicação de tal medida como autores sustentando inconstitucionalidade de tal prática executiva.

Thiago Rodovalho, em seu artigo publicado na rede mundial de computadores “**O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos**”¹⁰⁵, analisou uma dessas medidas de apreensão de passaporte proferida por uma magistrada da 2º Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros e defendeu que naquela circunstância deduzida nos autos judiciais não haveria ofensa ao direito de ir e vir, bem como lembrou ainda que este direito tem amplitude especial. Além disso, afirmou que não há coerência em um executado/devedor viajar, pois pressupõe ter capacidade financeira, e no processo executivo este alegar que não possui recursos financeiros para adimplir com as suas obrigações.

Marcelo Abelha Rodrigues¹⁰⁶ também ilustra outra hipótese que seria viável a apreensão do passaporte do executado como medida executiva atípica, nestes termos:

[...]uma hipótese de um devedor/executado que vive de comprar e vender bens no exterior, numa espécie de “sacoleiro internacional”, e, não declara nada e oculta tudo o que vende. Nesta hipótese, noticiada e explicada esta situação pelo exequente, e sendo infrutífero os meios executivos típicos de sub-rogação, vejo como perfeitamente cabível, e com natureza coercitiva, a medida imposta de *apreensão do*

¹⁰⁴ Juíza determina bloqueio de CNH, passaporte e cartões de inadimplente. Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-15/juiza-determina-bloqueio-cnh-passaporte-cartoes-devedor>. Acesso em: 22 de agosto de 2020

BACELO, Joice. Juiz apreende passaporte de devedor. Valor Econômico, 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2016/09/05/juiz-apreende-passaporte-de-devedor.ghtml>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Para que réu pague dívida, juíza suspende CNH e confisca passaporte. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-07/reu-pague-divida-juiza-suspende-cnh-confisca-passaporte>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Passaporte é apreendido para forçar homem a quitar dívida. Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/245189/passaporte-e-apreendido-para-forcar-homem-a-quitar-divida>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

¹⁰⁵ RODOVALHO, Thiago. O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos: uma reflexão sobre a decisão que determinou a apreensão de passaporte e cancelamento de cartões de crédito de um devedor. JOTA, 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-necessario-dialogo-entre-doutrina-e-jurisprudencia-na-concretizacao-da-atipicidade-dos-meios-executivos-21092016>. Acesso em: 25 de jun de 2020

¹⁰⁶ RODRIGUES, Marcelo Abelha. O que fazer quando o executado é um “cafajeste”? Apreensão de passaporte? Da carteira de motorista? Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/245946/o-que-fazer-quando-o-executado-e-um-cafajeste-apreensao-de-passaporte-da-carteira-de-motorista>. Acesso em 26 de jun de 2020

seu passaporte que implicará em uma pressão psicológica para se obter um comportamento de cumprir a obrigação que lhe foi imposta pela ordem judicial.

Por sua vez, em oposição as vozes favoráveis para aplicação da referida medida executiva atípica, Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu¹⁰⁷ sustentam que a apreensão do passaporte do executado/devedor viola o direito fundamental de liberdade à locomoção bem como dos diversos tratados e convenções internacionais no qual o Estado Brasileiro é signatário. Para além disso, os autores afirmam também que

Não há legislação específica que regule ou preveja a restrição à entrada e saída do país ou mesmo a perda total ou parcial da liberdade como coerção ao cumprimento de obrigação de pagar quantia, de modo que esta medida não seria possível pela autorização genérica no art. 139, IV, do Código de Processo Civil [...]

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Andre Vasconcelos Roque¹⁰⁸ defende que a apreensão do passaporte do executado restringe o direito de ir e vir e que a utilização desse direito não implica gravame para efetividade da tutela executiva.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem entendendo que a apreensão do passaporte como medida executiva atípica é possível, desde que seja observados alguns requisitos já explanados neste trabalho e que seja analisada caso a caso, conforme se verifica do aresto colacionado abaixo, *in verbis*:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. CPC/2015. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA COM O ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL. SUBSIDIARIEDADE, NECESSIDADE, ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE. RETENÇÃO DE PASSAPORTE. COAÇÃO ILEGAL. CONCESSÃO DA ORDEM. SUSPENSÃO DA CNH. NÃO CONHECIMENTO.

1. O habeas corpus é instrumento de previsão constitucional vocacionado à tutela da liberdade de locomoção, de utilização excepcional, orientado para o enfrentamento das hipóteses em que se vislumbra manifesta ilegalidade ou abuso nas decisões judiciais.

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, o acautelamento de passaporte é medida que limita a liberdade de locomoção, que pode, no caso concreto, significar constrangimento ilegal e arbitrário, sendo o habeas corpus via processual adequada para essa análise.

3. O CPC de 2015, em homenagem ao princípio do resultado na execução, inovou o ordenamento jurídico com a previsão, em seu art.

139, IV, de medidas executivas atípicas, tendentes à satisfação da obrigação exequenda, inclusive as de pagar quantia certa.

¹⁰⁷ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

¹⁰⁸ ROQUE, Andre Vasconcelos. *Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p 742

4. As modernas regras de processo, no entanto, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância, poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável.

5. Assim, no caso concreto, após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida, para assegurar o cumprimento de ordem judicial, deve o magistrado eleger medida que seja necessária, lógica e proporcional. Não sendo adequada e necessária, ainda que sob o escudo da busca pela efetivação das decisões judiciais, será contrária à ordem jurídica.

6. Nesse sentido, para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos, sob pena de configurar-se como sanção processual.

7. A adoção de medidas de incursão na esfera de direitos do executado, notadamente direitos fundamentais, carecerá de legitimidade e configurar-se-á coação reprovável, sempre que vazia de respaldo constitucional ou previsão legal e à medida em que não se justificar em defesa de outro direito fundamental.

8. A liberdade de locomoção é a primeira de todas as liberdades, sendo condição de quase todas as demais. Consiste em poder o indivíduo deslocar-se de um lugar para outro, ou permanecer cá ou lá, segundo lhe convenha ou bem lhe pareça, compreendendo todas as possíveis manifestações da liberdade de ir e vir.

9. Revela-se ilegal e arbitrária a medida coercitiva de suspensão do passaporte proferida no bojo de execução por título extrajudicial (duplicata de prestação de serviço), por restringir direito fundamental de ir e vir de forma desproporcional e não razoável. Não tendo sido demonstrado o esgotamento dos meios tradicionais de satisfação, a medida não se comprova necessária.

10. O reconhecimento da ilegalidade da medida consistente na apreensão do passaporte do paciente, na hipótese em apreço, não tem qualquer pretensão em afirmar a impossibilidade dessa providência coercitiva em outros casos e de maneira genérica. A medida poderá eventualmente ser utilizada, desde que obedecido o contraditório e fundamentada e adequada a decisão, verificada também a proporcionalidade da providência.

11. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação não configura ameaça ao direito de ir e vir do titular, sendo, assim, inadequada a utilização do habeas corpus, impedindo seu conhecimento. É fato que a retenção desse documento tem potencial para causar embaraços consideráveis a qualquer pessoa e, a alguns determinados grupos, ainda de forma mais drástica, caso de profissionais, que tem na condução de veículos, a fonte de sustento. É fato também que, se detectada esta condição particular, no entanto, a possibilidade de impugnação da decisão é certa, todavia por via diversa do habeas corpus, porque sua razão não será a coação ilegal ou arbitrária ao direito de locomoção, mas inadequação de outra natureza.

12. Recurso ordinário parcialmente conhecido.

(RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018)

No julgamento desse Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC 97.876/SP), apesar do Ministro Luís Felipe Salomão ter reconhecido que no caso concreto dos autos houve violação do direito fundamental de liberdade de locomoção do executado e do princípio da legalidade, sendo considerada ilegal e arbitrária a decisão de primeira instância que determinou a apreensão do passaporte do executado, o Ministro consignou que

[...] o reconhecimento da ilegalidade da medida consistente na apreensão do passaporte do paciente, na hipótese em apreço, não tem qualquer pretensão em afirmar

a impossibilidade dessa providência coercitiva em outros casos e de maneira genérica. A medida poderá eventualmente ser utilizada, desde que obedecido o contraditório e fundamentada e adequada a decisão, verificada também a proporcionalidade da providência [...]

Ou seja, registrou que é possível sim a adoção de medida executiva atípica com a apreensão de passaporte pelos magistrados brasileiros com a finalidade de coagir os executados a adimplirem com a suas obrigações.

Ainda, é válido mencionar como exemplo de aplicação da medida o caso emblemático do ex-jogador de futebol Ronaldinho Gaúcho que ganhou ampla repercussão na mídia nacional, no qual foi condenado em 2015 a pagar uma multa no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) por dano ambiental por ter construído ilegalmente um trapiche na orla do lago Guaíba, em Porto Alegre.¹⁰⁹

Como o ex-jogador de futebol não pagou voluntariamente o valor da multa pelo dano ambiental, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS) determinou, com fundamento na cláusula geral prevista no artigo 139, IV, do Código de Processo Civil, a apreensão do passaporte do ex-jogador até que a dívida fosse adimplida.

Desse modo, o futebolista recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) impetrando Habeas Corpus contra o ato coator do referido Tribunal de Justiça. Contudo, 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a apreensão do passaporte do ex-jogador, conforme se verifica do aresto reproduzido abaixo, *in verbis*:

AMBIENTAL. PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA EM EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. RESTRIÇÃO AO USO DE PASSAPORTE. INJUSTA VIOLAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE IR E VIR. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO. PONDERAÇÃO DOS VALORES EM COLISÃO. PREPONDERÂNCIA, IN CONCRETO, DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA DO MEIO AMBIENTE. DENEGAÇÃO DO HABEAS CORPUS.

¹⁰⁹ ROVER, Tadeu. *2ª Turma do STJ mantém apreensão de passaporte de Ronaldinho Gaúcho*. Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-14/stj-mantem-apreensao-passaporte-ronaldinho-gaucha>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

Condenado por crime ambiental, Ronaldinho Gaúcho se nega a cumprir sentença. Diário do litoral, 2018. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/condenado-por-crime-ambiental-ronaldinho-gaucha-se-nega-a-cumprir/119056/>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

I - Na origem, trata-se de cumprimento de sentença que persegue o pagamento de indenização por danos ambientais fixada por sentença.

Indeferida a medida coercitiva atípica de restrição ao passaporte em primeira instância, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deu provimento ao agravo interposto pelo Ministério Público, determinando a apreensão do passaporte dos pacientes.

II - Cabível a impetração de habeas corpus tendo em vista a restrição ao direito fundamental de ir e vir causado pela retenção do passaporte dos pacientes.

Precedentes: RHC n. 97.876/SP, HC n.

443.348/SP e RHC n. 99.606/SP.

III - Apesar do cabimento do habeas corpus, é preciso aferir, in concreto, se a restrição ao uso do passaporte pelos pacientes foi ilegal ou abusiva.

IV - Os elementos do caso descortinam que os pacientes, pessoas públicas, adotaram, ao longo da fase de conhecimento do processo e também na fase executiva, comportamento desleal e evasivo, embaraçando a tramitação processual e deixando de cumprir provimentos jurisdicionais, em conduta sintomática da ineficiência dos meios ordinários de penhora e expropriação de bens.

V - A decisão que aplicou a restrição aos pacientes contou com fundamentação adequada e analítica. Ademais, observou o contraditório. Ao final do processo ponderativo, demonstrou a necessidade de restrição ao direito de ir e vir dos pacientes em favor da tutela do meio ambiente.

VI - Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 478.963/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 21/05/2019)

Segundo afirmou o Ministro Francisco Falcão quando do julgamento do referido Habeas Corpus, não ficou comprovado o constrangimento ilegal e a decisão que determinou a apreensão do passaporte estava adequadamente fundamentada à luz dos elementos do caso concreto. Concluindo ainda que

(i) a conduta processualmente temerária dos pacientes, a dispensar o prévio exaurimento das medidas executivas típicas, (ii) a consistente fundamentação da decisão e a (iii) observância do contraditório prévio, conclui-se que não houve constrangimento "ilegal" à liberdade de ir e vir dos pacientes.

Desta maneira, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem consolidando em sua jurisprudência o entendimento de que é possível a aplicação de medida executiva atípica que determina a apreensão de passaporte com a finalidade de coagir executados e devedores para adimplirem com a suas obrigações, desde que sejam observados determinados requisitos já explanados ao longo deste trabalho.

Posto isso, em nossa concepção, em que pese o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos doutrinadores que defendem a aplicação da mencionada medida executiva atípica, com a devida vênia, concordamos com os autores Guilherme Sarri Carreira e

Vinicius Caldas da Gama e Abreu¹¹⁰ e Andre Vasconcelos Roque¹¹¹ que entendem que a medida de apreensão do passaporte do executado/devedor restringe o seu direito fundamental de ir e vir e que fere diversos tratados e convenções internacionais no qual o Estado Brasileiro é signatário.

¹¹⁰ CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Caldas da Gama e. Dos poderes do Juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p. 284-285

¹¹¹ ROQUE, Andre Vasconcelos. *Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020, p.742.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista de todo o exposto, verificou-se que o artigo 139, IV, do Código de Processo Civil inaugurou uma nova fase para o processo executivo brasileiro, na medida em que atribuiu ao magistrado dirigente do processo maiores poderes em sua condução ao longo da marcha processual executiva para efetivação das decisões judiciais nas ações que tenham por objeto a prestação pecuniária.

Que a partir disso magistrados pelo Brasil a fora começaram a conceder medidas executivas atípicas de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), retenção de passaporte, cancelamento de cartões de crédito com a finalidade de compelir executados/devedores para que adimplissem com as suas obrigações nos autos dos seus processos judiciais.

Observamos ainda neste trabalho que tal fato não passou despercebido pelos operadores do direito e que a discussão em torno do referido dispositivo infraconstitucional foi enorme, pois para as vozes favoráveis em relação à cláusula geral afirmavam que era inegável o aumento da efetividade para o processo executivo em prol das decisões judiciais. Porém, as vozes contrárias à aplicação da nova cláusula geral aduziam que tal dispositivo padecia de verdadeira inconstitucionalidade.

Assim, a presente pesquisa teve como asserção primária investigar quais seriam as diretrizes delineadas pela doutrina e pela jurisprudência para se garantir maior legitimidade e melhor utilização da mencionada cláusula geral nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, de modo que encontrou as seguintes diretrizes por parte da doutrina: **(a)** o esgotamento das medidas típicas para aplicação das medidas atípicas; **(b)** a possibilidade de cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado/devedor; **(c)** a ausência de caráter punitivo da medida executiva atípica aplicada ao caso concreto; **(d)** a proibição de excessos na aplicação da medida atípica; **(e)** o ônus argumentativo pelos postulantes da medida e pelo magistrado atuante na causa; **(f)** o respeito ao princípio do contraditório e **(g)** o respeito ao princípio da proporcionalidade pelo magistrado.

Com relação a jurisprudência, a presente pesquisa trouxe as diretrizes delineadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em seus julgados, de maneira que encontrou os seguintes critérios: **(a)** a existência de indícios mínimos de que o executado/devedor possua patrimônio expropriável; **(b)** o esgotamento das medidas típicas para aplicação das medidas atípicas; **(c)** o ônus argumentativo pelo magistrado da causa judicial; **(d)** a observância do princípio do contraditório e **(e)** o respeito ao princípio da proporcionalidade.

Além disso, também analisamos algumas medidas executivas atípicas que causaram algum tipo de comoção midiática, tais como a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a apreensão do passaporte.

Com relação a aplicação de medida executiva atípica de suspensão da CNH, verificou-se que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem permitindo a sua adoção, desde que sejam observados determinados requisitos já apontados neste trabalho. Além disso, para o Tribunal da Cidadania a medida executiva atípica que suspende a CNH de um executado/devedor não viola o direito fundamental de locomoção. Entretanto, conforme vimos neste trabalho, para a doutrina não há consenso sobre a temática, havendo vozes favoráveis e contrárias para aplicação de tal medida. Em nossa concepção, em que pese o posicionamento do STJ e dos autores que defendem a medida executiva atípica, com a devida vênia, entendemos que o direito de dirigir integra o núcleo do direito fundamental à locomoção, de modo que este direito também engloba o meio pelo qual o indivíduo deseja se locomover.

Em relação a aplicação da medida executiva atípica de apreensão do passaporte, observou-se que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) também vem admitindo a sua adoção, desde que sejam observados determinados requisitos já explanados neste trabalho. Contudo, conforme vimos neste trabalho, para a doutrina não há consenso sobre o tema, havendo argumentos favoráveis e contrários para aplicação de tal medida executiva. Em nosso entendimento, em que pese o posicionamento do STJ e dos autores que defendem tal medida, com a devida vênia, entendemos que a aplicação de tal medida viola o direito fundamental de ir e vir.

Em suma, observamos que a análise do caso concreto pelo juízo no que tange a aplicação das medidas executivas atípicas é fundamental para aplicação dos requisitos elencados nesse trabalho. No entanto, destacamos que apesar de pouco tempo desde a sua inovação para as

obrigações pecuniárias e as controvérsias por parte dos doutrinadores, a aplicação das medidas executivas atípicas se mostra cada vez mais presente na execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELHA, Marcelo. Manual de execução civil - 5ª ed. rev. e atual - Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ADRIOTTI, Rommel. Medidas Executórias Atípicas no processo civil. Carta Forense, 2018. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/medidas-executorias-atipicas-no-processo-civil/18257>). Acesso em 26 de jun de 2020.

ALMEIDA, Marília. *Justiça decide tomar de devedor passaporte, CNH e cartões*. Exame, 2016. Disponível em: (<https://exame.com/seu-dinheiro/justica-decide-tomar-passaporte-cnh-e-cartoes-de-devedor/>). Acesso em 25 de jun de 2020.

ARENHART; MARINONO; MITIDIERO apud HOYASHI, Matheus. A aplicação de medidas atípicas em obrigações pecuniárias: artigo 139, IV, do NCPC. 2019. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

ASSIS, Araken. *Cabimento e adequação dos meios executórios “atípicos”*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

BACELO, Joice. *Juiz apreende passaporte de devedor*. Valor Econômico, 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2016/09/05/juiz-apreende-passaporte-de-devedor.ghtml>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). Lei 13.105, de 11 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em 26 de jun de 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Processo nº 4001386-13.2013.8.26.0011 – Execução de Título de Extrajudicial. Juíza Andrea Ferraz Musa. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cpc-artigo-139-juiz-poder-determinar1.pdf>. Acesso em 25 de jun de 2016

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RECURSO ESPECIAL Nº 1867287/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2020, DJe 27/05/2020

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1788950/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1848854/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 13/12/2019

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1854289/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 26/02/2020

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1864190/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/06/2020, DJe 19/06/2020

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.828.969/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 05/09/2019

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 97.876/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 09/08/2018

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC 478.963/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 21/05/2019

CARREIRA, Guilherme Sarri; Abreu, Vinicius Caldas da Gama e. *Dos poderes do juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. Salvador: Jus Podivm, 2020.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

Condenado por crime ambiental, Ronaldinho Gaúcho se nega a cumprir sentença. Diário do litoral, 2018. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/condenado-por-crime-ambiental-ronaldinho-gaucha-se-nega-a-cumprir/119056/>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5., p. 45.

DIDIER JR, Fredie. Princípio da Boa-fé Processual no Direito Processual Civil Brasileiro e Seu Fundamento Constitucional. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 70, out./dez. 2018. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1183784/Fredie_Didier_Jr.pdf. Acesso em: 26 de jun de 2020

Enunciado 48. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado, 2015. Seminário – o poder do judiciário e o Novo Código de Processo Civil. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/wp-content/uploads/2015/09/ENUNCIADOS-VERS%C3%83O-DEFINITIVA-.pdf##LS>. Acesso em 26 de jun de 2020.

EXPÓSITO, Gabriela; LEVITA, Sara Imbassahy. A (im)possibilidade de suspensão de CNH como medida executiva atípica. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

É possível suspender CNH por dívida, reafirma 3ª Turma do STJ. Consultor Jurídico, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-fev-27/possivel-suspender-cnh-divida-reafirma-turma-stj>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

FERREIRA, Gabriela Macedo. *Poder geral de efetivação: em defesa da constitucionalidade da técnica de execução dos direitos do art. 139, IV do Código de Processo Civil*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

Florianópolis. Enunciado 12. Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC), 2017. Disponível em: <http://civileimobiliario.web971.uni5.net/wp-content/uploads/2017/07/Carta-de-Florian%C3%B3polis.pdf>. Acesso em 26 de jun de 2020

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. A revolução silenciosa da execução por quantia. JOTA, 2015. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-revolucao-silenciosa-da-execucao-por-quantia-24082015>. Acesso em 25 de jun de 2020.

GALLI, Marcelo. *Juíza suspende CNH de devedor para garantir pagamento de dívida*. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-08/juiza-suspende-cnh-devedor-garantir-pagamento-divida>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

GUERRA apud DIDIER JR, Fredie et al. *Curso de direito processual civil –execução*: 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v.5, p. 66

Juíza determina bloqueio de CNH, passaporte e cartões de inadimplente. Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-fev-15/juiza-determina-bloqueio-cnh-passaporte-cartoes-devedor>. Acesso em: 22 de agosto de 2020

MEIRELES, Edilton. *Cooperação e poderes do juiz na execução*. In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – *Medidas Executivas Atípicas*. 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

MEIRELES, Edilton. Medidas sub-rogatórias, coercitivas, mandamentais e indutivas no Código de Processo Civil de 2015. Revista de Processo, v. 247, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.247.09.PDF . Acesso em 25 de jun de 2020.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil: volume único- 10ª ed. rev. e atual - Salvador*. Ed. JusPodivm. 2017.

OLIVEIRA, Mariana. PT questiona no Supremo trecho do CPC que autoriza retenção de documentos. Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-10/pt-questiona-trecho-cpc-autoriza-retencao-documentos>. Acesso em 25 de jun de 2020.

Passaporte é apreendido para forçar homem a quitar dívida. Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/245189/passaporte-e-apreendido-para-forcar-homem-a-quitar-divida>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

Para que réu pague dívida, juíza suspende CNH e confisca passaporte. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-07/reu-pague-divida-juiza-suspende-cnh-confisca-passaporte>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

PITTA, Fernanda Pagotto Gomes. *Medidas executivas atípicas: alguns limites para a concessão.* Emporio do Direito, 2018. Disponível em: <https://emporiiododireito.com.br/leitura/medidas-executivas-atipicas-alguns-limites-para-a-concessao-por-fernanda-pagotto-gomes-pitta>. Acesso em: 25 de junho de 2020

PT pede inconstitucionalidade de medidas exectórias como suspensão de passaporte e CNH. Migalhas, 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/279971/pt-pede-inconstitucionalidade-de-medidas-executorias-como-suspensao-de-passaporte-e-cnh>. Acesso em 25 de jun de 2020

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *O que fazer quando o executado é um “cafajeste”? Apreensão de passaporte? Da carteira de motorista?* Migalhas, 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/245946/o-que-fazer-quando-o-executado-e-um-cafajeste-apreensao-de-passaporte-da-carteira-de-motorista>. Acesso em 26 de jun de 2020.

RODOVALHO, Thiago. O necessário diálogo entre a doutrina e a jurisprudência na concretização da atipicidade dos meios executivos: uma reflexão sobre a decisão que determinou a apreensão de passaporte e cancelamento de cartões de crédito de um devedor. JOTA, 2016. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-necessario-dialogo-entre-doutrina-e-jurisprudencia-na-concretizacao-da-atipicidade-dos-meios-executivos-21092016>. Acesso em: 25 de jun de 2020.

ROQUE, Andre Vasconcelos. *Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o artigo 139, IV do CPC/2015.* In: TALAMINI, E.; MINAMI, M.Y (Coords). *Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – Medidas Executivas Atípicas.* 2ª Ed. Salvador: Jus Podivm, 2020.

ROVER, Tadeu. *2ª Turma do STJ mantém apreensão de passaporte de Ronaldinho Gaúcho.* Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-14/stj-mantem-apreensao-passaporte-ronaldinho-gaucha>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

SAN JOSÉ DA COSTA RICA. *Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 22 de novembro de 1969.* Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 26 de jun de 2020. Art. 7. Item 7: “Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.”

STJ admite suspensão de CNH para satisfação de crédito desde que medida seja subsidiária. Migalhas, 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/321034/stj-admite-suspensao-de-cnh-para-satisfacao-de-credito-desde-que-medida-seja-subsidiaria>. Acesso em 22 de agosto de 2020

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle. *Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio?* Consultor Jurídico, 2016. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em 26 de jun de 2020.

TJ/SP autoriza suspensão de CNH de devedor para pagamento de dívida. Migalhas, 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/309540/tj-sp-autoriza-suspensao-de-cnh-de-devedor-para-pagamento-de-divida>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

TUCCI, José Rogério. *Ampliação dos poderes do juiz no novo CPC e princípio da legalidade*. Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-27/paradoxo-corte-ampliacao-poderes-juiz-cpc-principio-legalidade> Acesso em: 25 de jun 2020

YARSHELL, Flávio Luiz. *Medidas indutivas e coercitivas nas obrigações de pagamento de quantia*. Carta Forense, 2017. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/medidas-indutivas-e-coercitivas-nas-obrigacoes-de-pagamento-de-quantia/17692>. Acesso em: 26 de jun de 2020

ZOGBI, Paula. *Justiça apreende passaporte e CNH de devedor em decisão inédita*. Infomoney, 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/justica-apreende-passaporte-e-cnh-de-devedor-em-decisao-inedita/>. Acesso em 23 de agosto de 2020.